

ISSN 2357-8300

REVISTA

Florestan

ano. 7 núm. 9 Vol.1

DOSSIÊ: Economia Solidária e Necessária

UFSCar
Dezembro, 2020

Revista Florestan

ISSN: 2357-8300

ano 7, n. 9, vol. 1

dezembro de 2020

www.revistaflorestan.ufscar.br

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

CORPO EDITORIAL 2020

Flávio Bellomi Menezes
Gabriel Henrique Lino de Almeida
Julia Aparecida Rodrigues da Silva
Júlia Aricó Savarego
Lucas Fernando Domingues
Marcus Vinicius Caldeiran Caldara
Matheus Palumbo Brassoloto
Saimo Hernandes Calmanovici Pigari

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ

Wagner de Souza Leite Molina
Joelson Gonçalves de Carvalho

CAPA

Flávio Bellomi Menezes. Fonte da imagem: Google Maps [topografia Assentamento Monte Alegre, Araraquara - SP]

EDITORIAL

Foto: Flávio Bellomi Menezes | Edição: Julia Aparecida Rodrigues da Silva | Texto: Corpo Editorial 2020

CONTATO

florestan.ufscar@gmail.com

SUMÁRIO

(04) EDITORIAL

(06) DOSSIÊ: *Economia Solidária e Necessária*

Wagner Molina e Joelson Carvalho

(10) GESTÃO PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: um estudo de caso sob a ótica de gestores públicos da Prefeitura Municipal de São Carlos/SP

Rita de Cássia Arruda Fajardo, Mauro Rocha Côrtes e Raquel Ottani Bariolo

(24) DIA DE FEIRA! Aspectos relacionados à comercialização em feira na perspectiva de um casal de produtores assentados

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho

(36) MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS MICRORREGIÕES DE ALFENAS E VARGINHA

Juliano Silva Cougo, Dimitri Augusto da Cunha Toledo, Kaio Lucas da Silva Rosa, Ana Carolina Guerra e Lucas Eduardo Juventino

(52) GESTÃO SOCIAL EM COMUNIDADES DE PRÁTICA: Experiências da Economia Solidária em Volta Redonda (RJ)

Luís Henrique Abegão, Thais Soares Kronemberger, Josinete Maria Pinto e Bárbara Cunha Ferreira de Oliveira

(74) RESENHA: Pérez Muñoz, C. Hernández Arteaga, I., 2020. *Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación (tomo 3)*

Carolina Ramos Ottaviano

EDITORIAL



Ao fim do ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19, a Revista Florestan publica sua 9ª edição, voltada para a reflexão acerca dos movimentos de abertura criados por ações como as da Economia Solidária, proposição de combate ao modelo hegemônico, que nos trouxe à atual crise por meio de seus constantes e inúmeros ataques genocidas e ecocidas.

Tal proposição — ambiciosa se pensarmos a ciência como um regime de verdades, porém inescapável para as gentes que resistem criativamente ao ímpeto capitalista de destruição — não pode ser menos que obrigatória no modus operandi de investigação das ciências no séc. XXI. O dossiê que acompanha esta edição de 2020 tem a competência de discutir pontos cruciais que reverberam em uma espécie de jogo interdisciplinar cujo objetivo reside no pulsante desejo de destrinchar cada vez mais este diálogo de saberes.

Um dos possíveis diálogos de saberes pode ser esboçado a partir da imagem que acompanha este editorial, capturada por um dos integrantes da Revista no Assentamento Monte Alegre (Araraquara - SP), em uma visita do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER) ao local. Ela representa dois modos de cuidado do gado, o tradicional pasto (à direita) e o sistema agrossilvipastoril (à esquerda), uma proposta que integra a pastagem com o cultivo de uma flora mais diversificada que auxilia não apenas no cuidado com a saúde do gado, mas com o solo e a manutenção da terra. É neste lugar, o da multiplicidade, que residem as potências transformadoras.

Wagner Molina e Joelson de Carvalho nos apresentam uma série de artigos, escritos em sua maioria de forma coletiva, que nos inserem em um universo de possibilidades variadas e histórias que extrapolam a condição do dualismo sujeito-objeto, e se debruçam sobre a possibilidade de criação de outros mundos possíveis.

Apesar de tudo, apesar deste 2020 conturbado, de paralisação econômica, isolamento social e crise sanitária, a Florestan resiste e apresenta mais uma edição produzida com imenso carinho. Este corpo editorial tem o prazer de publicar a edição “Economia Solidária e Necessária” e contribuir com a expansão do debate sobre o tema no Brasil.

Boa leitura!

Economia Solidária e Necessária:

Introdução ao Dossiê

Wagner de Souza Leite Molina¹
Joelson Gonçalves de Carvalho²
Organizadores

¹Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (DCSo/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP). É pesquisador do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMi-EcoSol). E-mail: molinawsl@gmail.com.

²Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (DCSo/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP). É pesquisador do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMi-EcoSol). E-mail: joelson@ufscar.br.

Desde meados da década de 1990, observamos, no Brasil, a dinamização de um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionária que vêm se reconhecendo ou sendo reconhecidas no campo das outras economias, economias estas que se propõem contrapor a concepção hegemônica de economia. São experiências coletivas que, a partir de práticas e estratégias de sobrevivência, trazem para a cena econômica também elementos políticos caracterizados por solidariedade, sustentabilidade, participação, autogestão, entre outros.

Assim, a expressão Economia Solidária tem servido para denominar iniciativas coletivas voltadas para produção de bens e serviços, comercialização e consumo, de natureza autogestionária, cooperativa e democrática, inclusive na tomada de decisões e distribuição de resultados financeiros. Todavia, e mais recentemente, muitos estudos e pesquisadores têm ressaltado o seu caráter contra hegemônico, associando-a à busca de uma outra forma de sociabilidade não capitalista (SINGER, 2000).

No contexto da perspectiva contra hegemônica, a Economia Solidária expressa uma diversidade significativa de empreendimentos e atividades dispersa em diversos movimentos, coletivos, cooperativas, etc. Assim, estamos falando de experiências econômicas coletivas e autogestionárias que se expressam nas mais diferentes formas de organização: cooperativas de produção, as cooperativas de trabalho/serviços, cooperativas de consumo, cooperativas de agricultura familiar, associações, grupos informais, redes e cadeias produtivas, organizações de finanças solidárias, entre outros (SANTOS, 2010).

Ainda que nem todas as experiências dentre as elencadas acima se reconheçam como parte integrante da Economia Solidária, todas se aproximam, de maneira mais ou menos direta, de um projeto político contra hegemônico, que compreende tanto as experiências econômicas tradicionais e suas formas de produzir e viver históricas – principalmente do meio rural – a exemplo das comunidades indígenas, quilombolas e organizações camponesas, bem como experiências urbanas mais recentes, de trabalhadores que, diante de sucessivas crises, resistiram e organizaram iniciativas de trabalho autogestionário e cooperativo. Assim, são muitos os sujeitos políticos nesse processo que, embora se apresentem sob distintas estratégias, atuam em prol de um modelo de sociedade (e de economia) mais justo e democrático. Cabe ressaltar que as muitas experiências organizadas em outras perspectivas sociais e econômicas foram, aos poucos, convergindo e construindo um movimento organizado e articulado em nível nacional, que busca consolidar espaços para as mais diferentes expressões da Economia Solidária.

Todavia, é inegável que a atual situação da política de Economia Solidária no Brasil reflete um enorme retrocesso, perto do que já se teve institucionalmente organizado no país. Além da crise política que impacta o país desde 2016, vivemos atualmente uma pandemia que veio se somar a um cenário preexistente de crise econômica mundial. Tal situação só pode ser enfrentada com o resgate da solidariedade como antídoto para os efeitos da hipercompetitividade e da violência (em suas diversas formas). Esta é a conjuntura que precisa ser compreendida frente a dinâmica (avanços e limites) da política de Economia Solidária no governo federal, sobretudo, porque influenciam desenhos de organização e construção da resistência dos movimentos sociais frente à lógica dominante. (MOLINA, SANTOS, CARVALHO, ALMEIDA & SCHIOCHET, 2020)

Em síntese, cresce a defesa da redistribuição de serviços públicos e de renda dissociada do trabalho, bem como a importância da solidariedade cooperativa para a recomposição do tecido social e econômico. É imperioso pensar, frente a sobreposição de crises, abrir as possibilidades reais e concretas para necessárias transformações civilizatórias. Posto os desafios do tempo presente, é necessário pensar em outra forma de organização econômica. Entendemos que nesse sentido, a Economia Solidária sintetiza e incorpora algumas características fundamentais para a construção de um futuro diferente. Estamos falando de trabalhar na defesa de uma economia focada nas pessoas, e não na geração de lucros, muitas vezes em detrimento destas.

Para isso, faz-se necessário não somente lutar pelo o direito ao trabalho, mas assegurar que todo trabalho seja digno, libertador, criativo – capaz de diferenciar os seres humanos das “bestas”, ao invés de bestializá-los (parafraseando Karl Marx). E é neste sentido que, como costumava afirmar Paul Singer, a Economia Solidária “é um ato pedagógico em si”.

A luta contra a bestialização humana pode assumir diversas formas e uma delas é esse dossiê. Os artigos aqui selecionados ilustram bem o que buscamos adiantar nessa introdução. Há nos trabalhos apresentados importantes apontamentos para se repensar o papel do Estado, a importância dos gestores e das políticas públicas, bem como o papel da gestão social e organização coletiva na construção efetiva de uma outra economia. Os artigos, além da qualidade e rigor acadêmicos, relatam realidades territorialmente distintas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo assim para alargar nossos horizontes na busca de uma outra sociabilidade, quiçá contra hegemônica, pautada pela solidariedade e na luta por justiça social. Enfim, uma ótima oportunidade para lançarmos luz à esperança em tempos tão sombrios.

REFERÊNCIAS

MOLINA, W.S.L.; SANTOS, A.M; CARVALHO, A. M. R.; ALMEIDA, N. M. C.; SCHIOCHET, V.; **La Economía Solidaria de Brasil ante El contexto de crisis COVID-19**. Otra Economía, v. XIII, nº 24, 170-189, 2020. Acesso em <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914>

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANTOS, A. M. **O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2010.

GESTÃO PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

um estudo de caso sob a ótica de gestores públicos da Prefeitura Municipal de São Carlos/SP

Rita de Cássia Arruda Fajardo¹
Mauro Rocha Côrtes²
Raquel Ottani Bariolo³

RESUMO

Objetivo geral deste estudo foi identificar quais são os avanços e os desafios enfrentados pelos orientadores técnicos na gestão da política pública de economia solidária em São Carlos/SP. Como método de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três orientadores técnicos do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES) da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER) da Prefeitura Municipal de São Carlos. Como resultado verificou-se a ausência de planejamento sistemático, organização hierárquica e com decisões centralizadas na gestão. Destacou-se a importância da institucionalização da política pública e a existência de um conselho municipal atuante.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Política pública; Institucionalização da política pública; Gestores públicos.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), email: ritacaf@gmail.com

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: mauro@dep.ufscar.br

³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: tutoria.ufscar.raquel@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as experiências cooperativas tiveram seu início desde o período da colonização pelos portugueses, embora tenham sido experiências de caráter esparso e bastante tímido naquele momento.

A organização coletiva, com relações de trabalho associado, cooperativo e de caráter autogestionário, não foi uma alternativa que esteve prioritariamente na discussão dos trabalhadores na formação da classe trabalhadora brasileira, no início do século XX, ficando restrita a experiências pontuais, com forte influência de concepções anarco-sindicalistas de imigrantes europeus, em especial italianos e espanhóis (FARIA, 2005; PINHO 2004; SANCHEZ, 2012).

A formação da classe trabalhadora brasileira se consolidou priorizando as relações sociais com a compra e venda da força de trabalho. Neste processo a organização coletiva e a gestão democrática das organizações produtivas foram casos pontuais e isolados.

A década de 80 do século XX foi marcada pela implantação de modelos flexíveis de produção, com vistas ao aumento da produtividade e teve como consequências o aumento do desemprego de forma estrutural e estagnação econômica. Somado a isso, toda a América Latina passava por um momento de redemocratização, com fortalecimento dos movimentos sociais e abrindo novos espaços de participação popular (SANCHEZ, 2017).

É neste cenário que ganha força a economia solidária no Brasil, sendo este fenômeno resultado de “movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir da década de 1990 ” (SINGER, 2003, p.25).

Com relação ao efeito do desemprego e precarização das relações de trabalho, Godoy (2008) observa que os municípios são os mais afetados, na medida em que as pessoas residem nas cidades e é nesses espaços que se materializam as desigualdades sociais. Assim, governos municipais (em geral com programas democráticos-populares, com maior preocupação social) passaram a ter políticas públicas voltadas ao fomento de grupos coletivos de geração de trabalho e renda.

É nesse contexto, a partir do ano de 2001, que em São Carlos a economia solidária passa a figurar como política pública. Na cidade, a organização dos trabalhadores em EES aconteceu inicialmente em pequenos grupos, nos quais a força de trabalho foi a principal ferramenta de trabalho, não exigindo um grande aporte financeiro para iniciar o negócio. Até aquele momento, a política pública tinha apenas iniciativas voltadas à intermediação de mão-de-obra no mercado de trabalho, com características de relações sociais de emprego de

forma individual. Nessa perspectiva, este trabalho buscou responder à seguinte questão: Quais são os avanços e os desafios enfrentados por gestores públicos de economia solidária em São Carlos/SP?

Para tanto, teve como objetivo geral identificar quais são os avanços e os desafios enfrentados pelos orientadores técnicos na gestão da política pública de economia solidária em São Carlos/SP.

Ainda são poucas as situações no Brasil nas quais a implantação da política pública de fomento à economia solidária municipal pode ser estudada num processo de mais de dezoito de existência sem interrupção (o que corresponde ao quinto mandato eletivo). Isso porque o funcionamento eleitoral vigente no país, com eleições a cada quatro anos, impõe em grande parte dos municípios interrupções dessa política, especialmente quando há alternância de poder entre governos democráticos-populares e governos mais conservadores como foi o caso de São Carlos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O debate teórico sobre a economia solidária foi fomentado pelo aumento de EESs, e consequentemente, aumento do número de trabalhadores organizados nessa forma de produção.

Para Laville e Gaiger (2009, p.162) o conceito de economia solidária é “amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”.

No que concerne ao arcabouço teórico, economia solidária é um conceito em construção e não há um consenso sobre a sua definição. A economia solidária pode ser definida como um

modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2002, p.10).

Na mesma linha, Razeto (2010) afirma que a economia solidária consiste em formas alternativas de se fazer economia, com base na solidariedade e no trabalho, cujo princípio se dá na introdução de “níveis crescentes e qualitativamente mais elevados de solidariedade em atividades econômicas, organizações e instituições”. (RAZETO, 2010, p. 47, tradução nossa). Embora não exista atualmente um consenso teórico, pode-se observar que alguns preceitos

estão associados às concepções desta atividade econômica: a solidariedade, a autogestão, relações de equidade, cooperação e organização coletiva do trabalho.

Esse panorama geral da economia solidária, com diferentes focos que se entrelaçam na *práxis* laboral desses empreendimentos, se expressa também na política pública municipal.

Várias são as visões da política pública. Bucci (2002, p. 241), conceitua políticas públicas como

arranjos institucionais complexos, expressos em estratégias formalizadas ou programas de ação governamental, visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Já Rua (2010, p.19) estabelece que políticas públicas são resultantes de atividades políticas e “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

As políticas públicas municipais formalizam programas e ações governamentais, com tomadas de decisões políticas, que são influenciadas por atores sociais que disputam interesses junto às ações do Estado. A decisão de incluir na agenda de políticas públicas a economia solidária cabe aos gestores públicos, influenciados pelas forças sociais que acreditam na relevância desses programas e ações.

Outras ferramentas importantes para a gestão pública são as peças orçamentárias. O orçamento público é um instrumento central de gestão, que possibilita a tradução do planejamento em programas de trabalho, o acompanhamento da execução e o controle das ações de governo estabelecendo metas e recursos para as ações (SANTOS, 2010).

O orçamento governamental é formado pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de definição de estratégias, diretriz e metas do governo, para o período de quatro anos. (SANTOS, 2010).

A LDO tem a função especificada na Constituição Federal e visa estabelecer as metas e as prioridades do governo para cada exercício e orientar a construção da LOA. (BRASIL, 1988).

A elaboração da LOA é baseada nas metas do PPA e nas orientações da LDO, e tem a finalidade de estimar as receitas e despesas para o ano subseqüente a ser executado pelo poder executivo (SANTOS, 2010).

A junção do PPA, LDO e LOA proporciona à gestão um planejamento a médio e curto prazo, com metas a serem cumpridas, ações a serem realizadas, estabelecendo os recursos necessário para isso.

Cabe também uma análise sobre a participação popular na gestão das políticas públicas. Farah (2001) faz um breve histórico das características de democratização da gestão no Brasil, relatando as diversas fases pelas quais as relações sociais se expressam na gestão públicas, desde a não participação, no período da ditadura; a democratização transferência de responsabilidade para Organizações Não Governamentais (ONGs) e setores privados, em busca de eficiência e eficácia no início da década de 90 do século XX, já no período democrático; e posteriormente uma maior democratização das relações entre Estado e sociedade, destacando-se os conselhos, com a participação da sociedade civil e do poder público.

Os conselhos são espaços de participação e foram concebidos como um canal de participação política e de controle público sobre as ações governamentais podendo interferir na agenda política, ações e metas governamentais, inserindo demandas populares para serem implementadas como políticas públicas (CARNEIRO, 2002).

Do ponto de vista dos gestores públicos, as dificuldades apresentadas referem-se em especial à estrutura hierarquizada e com muitos traços patriarcais ainda presentes na gestão pública brasileira, além de uma predominância da técnica e da burocracia nas relações. Paula (2005) aponta para a necessidade de uma formação dos gestores públicos que possibilite a capacidade de refletir sobre as complexidades das relações que devem envolver, além de técnicas de gestão, uma visão mais “estratégica, cooperativa, participativa e solidária” (NOGUEIRA, 1998 apud PAULA, 2005, p. 170), no sentido de potencializar habilidades de negociação, que possam desenvolver ações voltadas para os problemas da construção de relações mais democráticas e participativas na gestão pública.

Para superar a forma tradicional da gestão pública, Bloch e Balassiano (2000) apontam a necessidade de três movimentos:

- Compartilhamento ou transferência de poder, tanto entre as esferas de governo quanto na relação Estado/sociedade;
- Otimização dos recursos na otimização das políticas com maior transparência da gestão, com gestão mais eficiente e
- Gestão direcionada a obter melhores resultados na qualidade de vida da população, buscando a redistribuição das riquezas e maior justiça social.

Assim, observa-se a necessidade de se avançar na formação dos atores da sociedade civil para uma maior compreensão da estrutura da gestão pública e fortalecer as relações dialógicas entre esses atores para que se chegue a modelos de gestão pública participativa mais eficiente e eficaz de representação das demandas populares.

2.1. A política pública de economia solidária em São Carlos

A política pública de economia solidária foi implantada na Prefeitura Municipal de São Carlos a partir de 2001, com os seguintes eixos de desenvolvimento: geração de trabalho e renda por meio do desenvolvimento econômico local; inclusão social por meio do desenvolvimento urbano e ambiental sustentável; o fortalecimento de um Estado baseado nas relações republicanas e democráticas, por meio de políticas públicas com controle social e a modernização administrativa do município. (SÃO CARLOS, 2009).

Essa política foi executada inicialmente na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia e, posteriormente, no Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES) na SMTER da Prefeitura Municipal de São Carlos (CAPACLE, 2010).

O DAES é responsável três dois centros públicos de economia solidária. O quadro funcional, em 2019, era composto por 9 profissionais fixos: 1 diretor de departamento, 3 orientadores técnicos de programas (empreendedorismo), 3 auxiliares administrativos, 2 agentes de crédito do Banco do Povo (terceirizados). Quanto aos beneficiários, a contabilização é feita considerando os membros de EESs cadastrados no COMESOL. Em 2018 estavam cadastrados no COMESOL, 209 empreendedores de 13 EES. Os membros de EES que não são cadastrados não estão contabilizados.

Desde 2001 a Prefeitura Municipal teve uma alternância de partidos na sua direção, como chefes do executivo (2001 a 2012 – PT; 2013 a 2016 – PSDB. Em 2017 foi eleito prefeito do PSB). Nesses mandatos também houve mudanças estruturais na forma de gestão administrativa.

A institucionalização da política pública de economia solidária é embasada pelos marcos legais:

- Lei nº 15.196/2010 que dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária;
- Lei nº 15.853/2011, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL) e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária;
- Lei nº 15.779/2011 que institui no Município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária. (FAJARDO, 2014).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS

A natureza dessa pesquisa é aplicada, na medida em que busca a solução de problemas concretos, práticos e operacionais (ZANELLA, 2010) relativos à gestão pública. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva.

Em relação à abordagem do problema é qualitativa, pois busca resultados analíticos de interpretação de uma realidade por meio de argumentos (MICHEL, 2009).

Os procedimentos técnicos utilizados foram a revisão da literatura além do estudo de caso, no sentido de possibilitar um aprofundamento em uma realidade social.

A coleta de dados foi realizada por meio de três entrevistas, com roteiro semiestruturado com os orientadores técnicos de programas, gestores públicos do DAES, que atuam na gestão da política pública de fomento junto aos EES da cidade. As entrevistas foram gravadas e transcritas para uma melhor sistematização dos resultados.

Aos participantes da pesquisa foi assegurado que as informações poderão ser divulgadas desde que não os prejudiquem, tendo como instrumento o termo de consentimento livre e esclarecido, assinado em concordância pelos participantes.

4. A GESTÃO PÚBLICA SOB A ÓTICA DOS GESTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O resultado da investigação convergiu sobre a visão dos gestores entrevistados relatando como pontos positivos na sua atuação: o clima organizacional agradável entre os técnicos, a flexibilidade nas ações do trabalho, as condições estruturais de trabalho, o relacionamento próximo com os membros dos EES e o acompanhamento da evolução da formação desses membros.

A realização do trabalho dos técnicos não tem uma rotina de trabalho fixa e burocrática. Devido às especificidades de execução de projetos, esse fator também foi apontado como um ponto positivo.

Uma questão considerada crítica foi a indicação de pessoas em cargos em comissão para trabalhar no departamento, com mudanças a cada eleição municipal.

Por causa das mudanças de gestão municipal que a gente sempre sofre, um abalo aqui, um abalo ali, depende muito do secretário, do diretor que vem, do chefe, [...], você tem sempre alguns avanços e alguns retrocessos em cada troca e perde-se muito tempo para que essas pessoas também compreendam o programa. (PARTICIPANTE 2, 2019).

Na gestão 2013-2016, citada como exemplo, ainda existia o cargo em comissão de chefe divisão (na ocasião da pesquisa esse cargo já tinha sido extinto) e houve vários problemas com indicações de pessoas que não tinham condições de atuar no programa, segundo os participantes.

Por outro lado, a reestruturação administrativa da prefeitura diminuiu o número de pessoas trabalhado no DAES, que já chegou a ter 12 pessoas trabalhando diretamente com o Programa de Economia Solidária e, na atualidade só tem 4 (o diretor e os 3 técnicos) o que foi apontado nas entrevistas como um fator negativo, já que houve uma expansão de estrutura física. A extinção de cargos de chefe de divisão não veio acompanhada de concurso para preenchimento com cargos de carreira.

O fato de diminuir o número de pessoas trabalhando diretamente na execução do Programa de Apoio à Economia Solidária faz com que se crie uma demanda reprimida que não consegue ser atendida. Com o aumento de espaços físicos também teve um aumento de demandas da população. Houve um aumento de funcionários na área de administração dos espaços físicos, que não que trabalham diretamente no fomento à economia solidária.

Outro fator crítico é a falta de recursos orçamentários e financeiros. Segundo os Participantes 1 e 2 os recursos previstos hoje são praticamente para pagamento dos atuais funcionários, não havendo recursos para investimento. O Participante 1 destacou que as demandas novas não conseguem ser atendidas pela falta de recursos. O Participante 3 destacou como fundamental a existência dos convênios para a execução da política pública.

O Participante 1 destacou que os técnicos tentam captação de recursos por meio de editais de convênios, mas que não tem tido editais voltados para ações em economia solidária.

Quanto à qualificação dos gestores, não há formação continuada, ficando a cargo de cada técnico, por iniciativa individual, o aprimoramento de sua formação. Os Participantes 2 e 3 relataram que fizeram cursos de aprimoramento fora do horário de trabalho, ou com compensação de horas, por iniciativas individuais. A Prefeitura oferece cursos específicos, para suprir demandas pontuais. Muito embora tenha um Programa Escola de Governo, voltado para a qualificação dos funcionários, o Programa não atende temas atinentes à Economia Solidária.

Quanto ao caráter da gestão, atualmente é considerada pelos participantes da pesquisa como centralizada, com sistema de decisão hierárquico e sem discussão coletiva com os técnicos. As demandas e ordens de trabalho são decididas pelo secretário da SMTER e pelo diretor do DAES e repassadas aos técnicos.

Essa questão foi bastante discutida durante as entrevistas, já que os técnicos tiveram experiências diferentes em cada governo. Assim, nas primeiras gestões (2001 a 2012) os técnicos relataram que tinham uma participação maior na tomada de decisões, deferente das duas últimas gestões (2013-2016) e na atual. O Participante 2 relata sua visão sobre as decisões da seguinte forma:

Hoje não tem [participação nas decisões]. É de cima pra baixo, e a gente obedece. Mais ou menos assim. Ou desobedece de vez em quando pra contestar. [...] Então nós não temos uma participação. Não participamos de decisões, tá? Ai a gente de vez em quando a gente briga com as decisões que vem, [...] é bem centralizado mesmo. (PARTICIPANTE 2, 2019).

Além da centralização das decisões, foi também enfatizada a falta de planejamento, e conseqüentemente, inexistência de ferramentas de gestão. Embora todos os participantes tenham explicitado que há uma divisão precisa de tarefas entre eles, cada um assumindo diferentes funções, se há um planejamento, esse não tem a participação dos técnicos entrevistados.

O Participante 3 destacou que se há um planejamento, e ele acredita que exista, ele não é compartilhado com os técnicos:

Infelizmente a gente não tem, [...] uma dinâmica de planejamento processual periódico. A gente tem sim, o diretor participando sempre lá na secretaria de reuniões. Isso é uma rotina, ele está sempre lá todos os dias, [...] mas assim essa mesma dinâmica não tem aqui. Então, [...] as demandas aparecem, é um problema porque, [...] a gente fica alheio ao planejamento, [...] é um problema porque isso prejudica a divisão do trabalho.

Sobre o planejamento no DAES não há momentos de reuniões para elaborar planos ou mesmo socializar as atividades que cada um está executando.

Eu tenho certeza se eu tirar por exemplo umas férias e acontecer alguma coisa [...] vão me ligar pra resolver. Vão me ligar, porque eu sei que não tem nenhuma outra pessoa dentro do departamento que vai conseguir resolver a questão. A gente não tem essa coisa de dividir de ter uma reunião periódica, [...] Ninguém sabe o que o outro tá fazendo, a grande verdade é essa. Você sabe quando precisa resolver e o outro não tá, então liga, manda WhatsApp. Assim, não dá pra dizer que tem um planejamento, pelo menos a nível de departamento (PARTICIPANTE 3, 2019).

As trocas de informações são informais e por iniciativas individuais dos técnicos, pois não tem um sistema de gestão estruturado para isso.

Foram feitas comparações com as gestões anteriores, e observou-se que nas gestões 2001 a 2012 havia um planejamento mais participativo. Na gestão 2013-2016 ainda tinha algum planejamento coletivo, em especial na figura de alguns cargos de confiança, mas quando estes saíram isso se perdeu.

Ressaltam-se momentos pontuais de planejamento na atual gestão, como a elaboração do PPA e a decisão sobre cursos para a comunidade.

A construção do PPA teve uma reunião que discutiu metas e objetivos atinentes à política pública de economia solidária. Mas não há reuniões sistemáticas para avaliação e controle dessas metas. Após a formalização, o PPA não é discutido como ferramenta de gestão,

como balizador para realização, ou não, da política pública, ou como uma peça que pode ser norteadora de ações, ficando restrito ao trâmite burocrático.

No caso dos cursos para a formação de novos grupos, assim relata o Participante 1 (2019): “Em outros casos é diferente. No caso do curso que o “nome do técnico” montou, aí ele chamou nós três, e falou: “tem que montar esse curso, vocês dão conta?” Sim!”. Nesse caso, na visão do Participante 1 teve uma ação de planejamento, já que foi solicitado que os técnicos montassem o curso de empreendedorismo e depois ministrassem. Entretanto, observa-se que o processo de decisão não passa pelos técnicos, mas são consultados sobre a competência em executar ou não uma atividade.

Sobre a eficiência da máquina pública, a transversalidade com outras secretarias, no sentido de otimizar recursos, é fundamental. Mas os participantes da pesquisa relataram que essas ações são pontuais, como no depoimento do Participante 1 (2019):

Isso aí é bem pontual. No caso da cultura tem sim. Eles conversam muito. Tanto a comissão lá da Praça quanto o “nome do diretor” como o diretor lá da cultura. Eles fazem até um [...] planejamento com shows pro o ano inteiro quase. É isso aí mesmo, em recursos financeiros mesmo. Que aí a secretaria não precisa contratar ali som, palco, as coisas, como eles já tem a programação eles fazem na praça. Existem tentativas, ideias, mas isso é antigo também, não conseguiu sair do papel, daí do campo ideológico com a secretaria de educação em estar falando nas escolas sobre economia solidária, sobre a sustentabilidade, esse tipo de visão, né, das hortinhas orgânicas nas escolas, da reciclagem de material. Retomar isso porque parece que no passado era forte, as escolas, os alunos levavam para a escola o material para reciclar né? [...] Faz tempo que não está funcionando, mas esse assunto está sempre em pauta [...] mas não avança.

Nas entrevistas ficou evidente que há ações de transversalidade, mas um problema na organização do trabalho na gestão, com a falta de diálogo e de informação. Um dos técnicos relatou que sabe de iniciativas com outras secretarias, mas não saberia precisar quais eram. Outros dois relataram atividades nas quais estão envolvidos, mas não há sincronia dessas ações.

A institucionalização da política pública foi considerada pelos participantes um quesito fundamental para a sua existência desde 2001. Nas palavras do Participante 3, a economia solidária é uma política pública “marginal”. Nesse sentido fica vulnerável a vontades de governantes em mantê-la ou não. O Participante 1 relatou que na gestão 2013-2016 a política quase foi extinta pelo governo à época:

a indicação que teve, inclusive foi quando o “nome do diretor” saiu ele indicou para acabar com o DAES, né? Pra eliminar. Está por escrito isso aí, eu não sei onde, mas tá. Falou: não serve pra nada. O primeiro passo dele ele levou a gente lá pra cima [para o prédio da SMTER], e depois ele [...] sugeriu a extinção do Departamento (PARTICIPANTE 1, 2019).

E declarou que só não foi extinta porque o movimento de economia solidária tinha respaldo na legislação

[...] se não tivesse a legislação o movimento não teria garantia de continuidade, porque mesmo precariamente, está funcionando por conta desse respaldo.[...] Se não tivesse o Conselho a Prefeitura já teria acabado [com o DAES] e nós aqui já estaríamos trabalhando em outro departamento da prefeitura. O DAES não existiria mais.

A existência dos marcos legais foi ressaltada também pelo Participante 3, que destacou que a atuação do movimento se respalda no arcabouço legal construído e que esse fato difere São Carlos de vários outros municípios em que existia a política pública de economia solidária, mas que foi extinta

Eu acho que foi fundamental aqui em São Carlos [...]Quando teve a transição de 2012 pra 13 que mudou a gestão, quando saiu o PT e entrou o PSDB foi o que segurou porque, claro a atuação do movimento foi muito importante, mas o movimento também se sentiu respaldado pelo marco legal pra fazer a luta. [...] A gente né, o orientador técnico, a gente foi contratado com um *roll* de atividades específico, não pode simplesmente me botar à disposição e me jogar, sei lá, no canil, eu não posso ficar em desvio de função. Então tem respaldos que o marco legal aqui em São Carlos trouxe que eu acho que foram fundamentais. (PARTICIPANTE 3, 2019).

A existência do COMESOL e o fato de ser atuante e ter papel deliberativo foi ressaltado também:

O fato do conselho ser deliberativo e não ser consultivo é uma coisa que faz muita diferença. Os conselhos que são consultivos é a mesma coisa que não ter, porque tem alguns municípios que tem conselho de economia solidária, mas eles são todos consultivos. Ter um fundo municipal foi importante, importantíssimo porque teve várias ações que só aconteceram por causa do fundo. Então eu acho que o fato de ter institucionalizado da forma como é aqui com certeza garantiu algumas portas abertas. Se fosse de outra forma não teria hoje não (PARTICIPANTE 3, 2019).

Embora a teoria aponte os desafios a serem superados na implantação dos conselhos municipais, a pesquisa apontou que a atuação do COMESOL foi fundamental para a manutenção da política pública por todo esse tempo.

Um desafio a ser superado é o desconhecimento da população sobre a política pública de economia solidária. Por não ter um trabalho específico sobre a política pública de economia solidária, para a população, parece atividade da assistência social.

Todos os participantes ressaltaram isso mas apontaram as limitações para que a política pública consiga cumprir esse papel. Nas palavras o Participante 2:

[...] Eu acho que ainda falta uma ferramenta de marketing. [...] Criar uma ferramenta de marketing para o DAES, para a economia solidária. [...] As pessoas não sabem o

que que é economia solidária. [...] Quando você fala nisso já pensam em solidariedade já vem querendo, gente querendo doar 1 kg de arroz, [...] eles já pensam na caridade, confundem caridade com solidariedade. [...] Mas então você não tem essa formação. (PARTICIPANTE 2, 2019).

As atividades de comercialização na Feira da Praça XV, para o Participante 2 funcionam como uma ferramenta de marketing da política pública, pois as pessoas que querem comercializar nessa feira precisam ir ao DAES e lá passam por uma formação e começam a entender o que é a Economia Solidária. Assim, a comercialização é um atrativo para conhecer os princípios da Economia Solidária. Foi observado ainda que os orientadores técnicos não participam mais de eventos para fazer esse papel de divulgação da economia solidária, pois a Prefeitura não paga hora extra e não quer fazer banco de horas e as atividades acontecem aos finais de semana, então os técnicos estão alijados desse processo, o que não acontecia até 2012.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública desenvolvida no DAES estabeleceu ao longo do seu processo de construção a prioridade de ter cargos de carreira e não apenas cargos indicados em comissão. Essa política pretendia estabelecer uma perenidade na política pública, evoluindo de uma política de governo para uma política de Estado. Outra questão que contribuiu para essa perenidade foi a instituição de marcos legais, tais como a Lei do Conselho Municipal de Economia Solidária e aprovação da lei que institui o programa de fomento de economia solidária. Essa análise foi validada na visão dos gestores participantes da pesquisa.

Entende-se que os objetivos da pesquisa foram cumpridos, sendo possível verificar os avanços e desafios a serem superados na gestão pública de economia solidária em São Carlos, destacando-se a falta de participação dos orientadores técnicos no planejamento, ou mesmo a inexistência de planejamento e uma estrutura extremamente hierarquizada. Verificou-se a ausência de ferramentas de gestão, a dificuldade de comunicação e a ausência de formação para os gestores entrevistados.

Destaca-se como importante a institucionalização da política pública e a atuação do COMESOL que são considerados fatos relevantes para a manutenção da mesma passando por vários governos diferentes.

Como avanços foram apontados: boa relação entre os técnicos, flexibilidade nas ações do trabalho, boas condições estruturais de trabalho, o relacionamento próximo com os membros dos EES, e o acompanhamento da evolução da formação desses membros.

Uma limitação da pesquisa foi a ausência de investigação do diretor do DAES e secretário da SMTER, sendo indicada como sugestão de estudos futuros.

As reflexões apontaram para discussões que possam superar as formas tradicionais, como a necessidade de compartilhamento de poder na gestão como apontam Bloch e Balassiano (2000). Os resultados incitaram a necessidade de aprimorar o planejamento na gestão da política pública de economia solidária e a experiência exitosa em ter uma participação ativa do conselho municipal respaldada pela institucionalização da política.

REFERÊNCIAS

BLOCH, R. A. de; BALASSIANO, M. A democratização da gestão pública: as relações entre gestor, inovação e porte demográfico do município. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 145-164, jan./fev. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15.abril.2019.

BUCCI. M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. Ed. Saraiva, São Paulo, 2002, 298 p.

CAPACLE, C. **A política social de economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos**. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CARNEIRO. C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 277-292, mar/abr. 2002.

FAJARDO. R. C. A. **Avanços e desafios na implementação da autogestão em empreendimentos solidários fomentados por políticas públicas municipais em São Carlos/SP**. 2015. 219f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

FARAH, M. F. S. Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev. 2001.

FARIA, M. S de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis, SC, 2005. 399 p. Tese de Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GODOY. T. M. P. **Políticas públicas para economia solidária no Brasil: a autogestão na reprodução das relações sociais de produção**. E-cadernos CES [Online], 02 | 2008, colocado online no dia 01 Dezembro 2008, consultado a 30 Setembro 2016. Disponível em: <http://eces.revues.org/1256>. Acesso em 14.abr.2019.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio grande do Sul. In: GAIGER, L.I.G. (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004, 17-53 pp.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. G. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro et. al.. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo, SP: Almedina Brasil, 2009. 162-168 p.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.284 p.

PAULA. A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005, 204 p.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. 357 p.

RAZETO, L. ¿Qué es la economía solidaria? **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, nº 110, 2010, pp. 47-52.

RUA, M. G. **Política Públicas**. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2009. 130 p.

SANCHEZ, F. J. B. Autogestão, economia solidária e “invenções” democráticas na América Latina. In: SOUZA, A. R; ZANIN, M.. (orgs). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2017, 85-93 pp.

SANCHEZ, F. J. B. **Além da informalidade, quem dos direitos: reflexões sobre o trabalho desprotegido**. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, R. S. **Plano plurianual e orçamento público**. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010. 106 p.

SÃO CARLOS. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Histórico da Política de Fomento a Economia Solidária no Município de São Carlos-SP**. São Carlos: PMSC, 2009.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2003, pp. 11-28. (Coleção Economia).

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.127 p.

ZANELLA, L. C. H.. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010; 162 p.

DIA DE FEIRA!

Aspectos relacionados à comercialização em feira na perspectiva de um casal de produtores assentados

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho¹

RESUMO

Todo mundo muito provavelmente já frequentou, frequenta ou ainda frequentará alguma feira ao longo da vida. Existem diferentes modalidades de feiras, e as impressões de quem as frequenta podem ser as mais variadas. Feiras de produtores, nas quais são comercializados produtos e serviços diversos, confeccionados e oferecidos pelos próprios trabalhadores, têm recebido atenção e apoio cada vez maior por parte de pesquisadores e de consumidores preocupados com a origem dos itens que consomem. A comercialização em feiras possui algumas características que a diferencia de outras formas de comercialização, como, por exemplo, no que diz respeito às formas de sociabilidade desenvolvidas numa situação deste tipo e a oportunidade do estabelecimento de relação mais direta entre produtor e o consumidor final. A proposta deste trabalho foi a de acompanhar um casal de produtores rurais em situações de feira por meio de uma pesquisa etnográfica que contou com a participação em duas feiras permanentes e realização de entrevistas. Assim, foi possível conhecer e refletir sobre a realização de feiras na perspectiva dos produtores, bem como situar a trajetória de vida deste casal a uma dimensão maior, que envolve a realidade presente em assentamentos de reforma agrária e a comercialização de produtos agrícolas em circuitos curtos.

Palavras-chave: Feira de Produtores; Etnografia; Assentamento Rural; Comercialização; Consumo Solidário.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, endereço eletrônico: mambofilhopanda@gmail.com

INTRODUÇÃO

Feira, cuja origem etimológica vem do latim *feria*, que significa “dia de festa”, corresponde a um evento realizado num determinado local, em épocas predeterminadas, no qual as pessoas desenvolvem relações econômicas de venda, compra e/ou troca direta de bens e serviços diversos. Com papel determinante nas transações econômicas do período pré-capitalista, além de compreender um espaço de troca de produtos e serviços nos quais as pessoas comercializavam a produção excedente e adquiriam produtos de que necessitavam, as feiras também representavam um local de excelência para o estabelecimento de diferentes tipos de relações sociais, como confraternização, realização de acordos, organização política etc.

Apesar de o caráter proeminente ter diminuído com o advento e hegemonia do modo capitalista de produção, sobretudo com a expansão em larga escala de grandes redes varejistas e concentração do mercado atacadista, as feiras nunca deixaram de existir, ainda menos em economias periféricas, que contam com acentuada presença do ambiente rural sobre o urbano e existência relevante de formas econômicas não capitalistas.

As feiras constituem uma alternativa importante para o escoamento da produção de pequenos produtores rurais, artesãos e demais agentes econômicos que comercializam em pequena escala. Para os consumidores, especialmente para aqueles que adotam a prática do consumo ético, responsável e solidário², ou seja, que se preocupam com a origem dos produtos e serviços que consomem, atentando-se para as questões ambientais e sociais relacionadas ao objeto de consumo, além de se preocuparem com o próprio bem-viver (consumo de bens e serviços que trazem satisfação e benefícios a saúde), as feiras oferecem oportunidade de conhecer a origem do produto, saber por quem e em quais condições foi elaborado e, muitas vezes, no caso da produção artesanal, a obtê-lo por um preço menor devido à ausência de atravessadores. Dessa forma, a relação direta entre produtores e consumidores propiciada numa situação de feira pode trazer vantagens para ambos os lados, acarretando num rendimento maior ao produtor, como numa maior economia para o consumidor, e também ajudar a revelar o caráter fetichista da mercadoria – assunto

²De acordo com Euclides Mance (2003), “consumo solidário significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: (a) realizar o seu livre bem-viver pessoal; (b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; (c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; (d) contribuir para a construção de sociedades mais justas e solidárias” (p. 44-45).

desenvolvido por Karl Marx – ao visibilizar as relações sociais existentes por trás das relações econômicas, trazendo o ser humano para o centro do processo.

Feiras têm sido organizadas e apoiadas por diferentes agentes, como universidades, organizações do terceiro setor, movimentos sociais, prefeituras, dentre outros, como estratégia de comercialização para produtos oriundos do trabalho coletivo, individual ou familiar. Para além da oportunidade de escoamento de produtos e serviços sem a figura de atravessadores e na perspectiva do estabelecimento de relações econômicas mais humanizadas, as feiras de produtores também podem ser locais de lazer, expressões culturais, divulgação de práticas solidárias etc. Apesar das vantagens apresentadas, partir da perspectiva dos produtores pode mostrar que a organização de feiras nem sempre é uma “tarefa fácil”, pois exige certo empenho com a atividade: preparação do espaço, divulgação, investimento, atendimento ao público, desmonte, e assim por diante.

Por meio do presente texto pretende-se conhecer e analisar aspectos relacionados à rotina de comercialização em feiras de produtores na perspectiva de um casal de produtores rurais que vivem em um assentamento de reforma agrária localizado em um município de médio porte do interior do estado de São Paulo. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica que contou com o acompanhamento do casal em duas situações de feira e a aplicação de entrevistas estruturadas, com questões abertas, visando conhecer a história de vida do casal e suas impressões sobre a atividade de feirante. E, levando em consideração o atual contexto da pandemia de COVID-19 e as medidas necessárias para tentar barrar sua transmissão, também são discutidas no texto algumas questões sobre a situação pandêmica e seus inevitáveis impactos.

SOBRE A PESQUISA E O CASAL DE FEIRANTES

Na posição de sociólogo e pesquisador, tenho estudado as práticas de economia solidária já há algum tempo, e a questão da comercialização e do consumo tem sido uma das quais mais tenho me dedicado. Além de frequentador e de ter participado de iniciativas para a criação e apoio à organização de feiras de produtores, o interesse em buscar apreender os significados das feiras sob a ótica dos feirantes foi o que me motivou a desenvolver este trabalho.

Para tanto, a metodologia utilizada foi a da etnografia, que me permitiu interagir com os sujeitos envolvidos com o fenômeno analisado, observar as diferentes situações que o abarcam e levantar informações por meio das quais pude refletir sobre as feiras de produtores na perspectiva dos próprios feirantes. Evidentemente, essa é apenas uma tentativa de

aproximação das situações observadas para um campo destinado ao estudo acadêmico, à análise e ao debate científico. Partindo de Boaventura de Sousa Santos (2007), pode-se considerar que esse é um esforço de tradução, i. é., uma forma de procurar “traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros” (p. 39), e assim criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo.

O trabalho de campo foi desenvolvido no segundo semestre de 2018, e mais recentemente, em novembro de 2020, foi realizada outra entrevista com um dos membros do casal com o intuito de mensurar o impacto da pandemia sobre suas atividades e conhecer as estratégias de enfrentamento implementadas. O campo consistiu no acompanhamento do casal nas duas feiras, participando de todo o processo, isto é, colheita dos produtos, organização da disposição dos itens levados à feira no veículo, montagem da barraca, comercialização durante a feira, desmonte da barraca e reacomodação dos itens no veículo.

O casal vive em um assentamento de reforma agrária há mais de dez anos, e parte considerável de sua renda advém da comercialização da produção de hortifrúti, praticada no lote onde vivem, em feiras de produtores na cidade. Até o final do ano de 2019 participavam de duas feiras regulares, e seu primeiro envolvimento com uma atividade deste tipo aconteceu em 2014. Todos os itens produzidos são orgânicos, ou seja, não são utilizados produtos químicos sintéticos nem organismos geneticamente modificados. Além da comercialização em feiras, eles também vendem produtos para o poder público por meio do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Sua história de vida está em consonância com o histórico das demais pessoas que compartilham com eles a vida no assentamento (GONÇALVES, 2016). Ambos não são originários do estado de São Paulo, portanto migrantes, e tem origem camponesa. Tanto uma quanto o outro viveram e trabalharam no campo desde tenra idade, mais tarde foram tentar “ganhar a vida” na cidade, exercendo diferentes profissões, até que ingressaram em movimento de luta por reforma agrária e, depois de algum tempo vivendo em acampamentos, conseguiram conquistar um pedaço de terra. Foi justamente num acampamento, que compreendia a primeira experiência dos dois na jornada de luta pelo acesso à terra, cinco anos antes de serem assentados e numa cidade já no interior do estado de São Paulo, que eles se conheceram e decidiram construir uma vida juntos.

Apesar da longa experiência na produção de alimentos e de certo suporte ocasional que recebem, a comercialização ainda é uma questão bastante significativa, uma vez que para que os trabalhadores se reproduzam é fundamental que o produto se converta em ganho econômico. Conforme destaca Gonçalves (2016), “a comercialização é um dos grandes

obstáculos para a consolidação dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil” (p.161). No caso da produção orgânica, por estar muitas vezes sob controle dos próprios agricultores ou de suas organizações, a comercialização contraria as estratégias convencionais de multiplicação de intermediários, com predominância de circuitos curtos. Segundo Cordeiro (2014), num estudo realizado em 45 cidades do estado de Santa Catarina, concluiu-se que a feira pode ser considerada atualmente o local, o canal e o tipo de modalidade mais importante para a comercialização de produtos orgânicos.

Quando perguntei a eles por quê decidiram participar de feiras, comentaram que a ideia surgiu a partir de uma pequena horta que eles começaram a fazer no lote, em frente da casa. O foco inicial deles era, principalmente, a comercialização para o mercado institucional e a criação de alguns animais, como porcos e aves. No entanto, essa horta foi crescendo e muitos produtos acabavam sobrando, foi quando decidiram vender a sobra. O homem do casal levava os produtos até a cidade e vendia em uma carriola. Posteriormente, mediante a realização de um curso de produção orgânica oferecido aos assentados por uma instituição pública, eles decidiram investir na construção de uma nova horta e a buscar outros meios de comercialização, tendo encontrado nas feiras um canal mais adequado para isso. Eles contaram que a maior vantagem de comercializar em feiras é voltar com dinheiro no bolso. Quando vendem para o poder público demora muito tempo para receberem o pagamento, em feiras, ao contrário, o retorno financeiro é instantâneo, o que possibilita pagar contas e arcar com o custo de itens de consumo diário.

Sua fonte de renda provém integralmente de tudo aquilo que produzem e que conseguem vender, seja para o poder público (principalmente por meio do PAA e do PNAE), da contribuição de produtos em cestas semanais comercializadas de forma conjunta com outros assentados³, de eventos esporádicos que participam quando convidados⁴ e, especialmente, da participação em feiras de produtores.

VIDA DE FEIRANTE

Para participar das feiras e conseguir ampliar a oferta de produtos eles investiram e continuam investindo na compra de alguns itens, tais como: barraca de feira, balança digital, sacolas e redes para embalar produtos, moedor de cana-de-açúcar e estufa para

³ Em meados de 2016 algumas famílias produtoras do assentamento começaram a montar cestas de produtos orgânicos para serem entregues uma vez por semana a consumidores que pagam uma mensalidade pelo recebimento da cesta. Esta foi uma iniciativa de grupos universitários, que deram apoio inicial à organização dos produtores e contribuíram com a divulgação da iniciativa.

⁴ Como eventos universitários ou organizados pelo poder público municipal, por exemplo, nos quais têm oportunidade de comercializarem seus produtos.

armazenamento de salgados, torrador de café, dentre outros. Para participar de uma feira, portanto, não basta produzir os produtos que serão vendidos, é necessário adquirir os itens necessários para viabilizar a comercialização.

A preparação para participar das feiras começa com certa antecipação. Quando da realização da pesquisa etnográfica, eles participavam de uma feira que acontecia às quartas-feiras, das 17h30 às 19h30, e de outra que acontecia aos sábados, das 8h às 13h30⁵. Para a feira que começava às 17h30 a preparação costumava iniciar por volta das 14h do mesmo dia, e para a feira de sábado ela tinha início no dia anterior, geralmente no princípio da tarde. A feira de sábado acontece em uma praça na região central do município e possui maior porte (mais produtores envolvidos e maior fluxo de consumidores), o que propicia mais vendas para o casal e, também, exige mais trabalho. Por este motivo, e pelo fato de eles ainda participarem dela, focarei a apresentação na experiência vivenciada nesta feira.

As atividades de preparação consistem, de forma geral, em colher os produtos na horta, limpar e organizar em porções, separar os itens utilizados na feira (barraca, balança, mesa, sacolas, borrifador de água, garrafa térmica e demais itens necessários) e montagem da carga no veículo. Nesta fase de preparação existe uma certa divisão do trabalho, na qual o homem fica responsável pelo caldo de cana⁶ e pela montagem do carreto, enquanto que a mulher colhe os produtos na horta e separa os itens que serão levados à feira. Enquanto ela colhe os produtos, ele corta e prepara a cana que será usada para fazer a garapa; quando ele termina o trabalho com a cana vai até a horta e, junto com ela, lavam e organizam os produtos em porções (montando maços ou acondicionando em sacolas, a depender do produto).

Eles possuem uma grande variedade de itens, que acabam mudando de acordo com a sazonalidade de cada um. Quando estive no assentamento (era começo da primavera) eles levaram para as feiras: alface, couve, capuchinha, almeirão, rúcula, agrião, repolho roxo, salsinha, chicória, cebolinha, hortelã, brócolis, rabanete, berinjela, cenoura, pitanga, banana, jaca, limão cravo e cana, usada para a garapa. Além dos itens que produzem, eventualmente compram de vizinhos produtos que não possuem e levam para comercializar nas feiras.

Quando acompanhei a preparação para a feira de sábado ficamos envolvidos com este processo das 15h até próximo das 21h, quando paramos para preparar o jantar. Assim que terminamos de comer fui acompanhá-lo na montagem da carga. Eles possuem um carro tipo utilitário, que facilita o transporte para a feira. Neste dia fomos dormir perto da meia-noite, e

⁵ O casal não deixou de participar dessa feira, que permaneceu inativa de meados de março até o início de outubro de 2020 devido à pandemia, e hoje é a única iniciativa deste tipo da qual participam.

⁶ Primeiro ele corta a cana, depois tira a palha e os ponteiros (que são a parte de cima da cana) e então lixa cada uma delas num esmeril improvisado com palha de aço.

às 5h já havíamos despertado. De manhã eles fazem os últimos preparativos para a feira e aproveitam este tempo para tratar dos animais – cães, gatos, galinhas, patos, coelhos, entre outros. Saímos da casa deles às 6h20, e depois de percorrer quase vinte quilômetros chegamos no local da feira pouco antes das 7h.

Quando chegam a primeira tarefa é descarregar o carro e montar a barraca. Nessa feira, que conta com um volume maior de produtos e a utilização de duas barracas (uma para o caldo de cana e outra para as hortaliças), demoramos algo em torno de uma hora para deixar tudo pronto. Observei apoio mútuo entre os feirantes na montagem e na desmontagem das barracas, sendo que em alguns casos o auxílio sequer fora solicitado. Como ali funciona estacionamento rotativo, eles e os demais feirantes estacionam os veículos numa rua ao lado da praça, onde funciona um ponto de táxi, descarregam tudo, vão estacionar o carro num local mais afastado, e quando retornam começam a montagem das barracas. No momento de partida é a mesma coisa, vão buscar o veículo, estacionam ao lado da praça e iniciam o carregamento.

As relações de solidariedade, contudo, não estão limitadas aos momentos de montagem e de desmontagem das feiras, em ambas notei que todos os feirantes pareciam estabelecer um bom relacionamento. Eles costumam conversar bastante entre si, fazer brincadeiras, trocar produtos (especialmente nos momentos finais da feira), emprestar e tomar coisas emprestadas, e assim por diante. Desta forma, percebi que a feira proporciona um momento de comunhão entre as pessoas que constroem o espaço, culminando num ambiente propício para o exercício da autogestão e do cooperativismo.

As relações que os feirantes estabelecem com os consumidores também tendem a alcançar um outro nível, pode-se dizer, de proximidade muito maior do que a que usualmente vemos em situações comerciais convencionais. Nesta feira, em especial, muitos dos frequentadores mais assíduos fazem questão de conversar com os feirantes para trocar experiências e conhecer um pouco melhor a realidade deles, além de aproveitarem para tirar dúvidas relacionadas aos produtos e seus cultivos.

Esta feira possui uma grande circulação de pessoas, tanto pela localização estratégica, quanto pela articulação feita pelos próprios feirantes com outros grupos e coletivos da cidade. Por meio dessa articulação buscam oferecer atrações diversificadas nos dias de feira, como apresentação musical, teatral, de danças, capoeira, realização de oficinas com temas afins (como preservação ambiental, medicina holística, ervas medicinais), e divulgar a feira em espaços e para grupos de pessoas que incentivam a prática do consumo ético, responsável e solidário.

Quando perguntei ao casal como era fazer feira, e do que mais gostavam, ambos responderam que era a interação com as pessoas. Disseram que a melhor parte da feira era conversar com as pessoas, trocar experiências, e a mulher acrescentou que conhecer pessoas novas é uma das melhores coisas que as feiras proporcionam. Para eles a feira é, dentre outras coisas, uma distração, disseram que muitas vezes nem notam o tempo passar. O momento de sociabilidade presente na comercialização contrasta com a atividade de produção que é exercida, na maior parte das vezes, de forma solitária.

Perguntei a eles qual era a melhor parte das feiras, mas também quis saber qual era a pior. A primeira questão que surgiu foi relacionada às intempéries. Disseram que é muito difícil fazer feira com “tempo de chuva” e quando a temperatura está muito baixa. Para os consumidores que frequentam uma feira pode ser relativamente fácil proteger-se das chuvas, basta procurar por um local coberto, mas no caso dos feirantes é mais complicado ter que deixar as barracas para procurar abrigo. Outro ponto levantado diz respeito a intervenções externas à feira, ou seja, nem de feirantes, nem de consumidores. Neste caso, mencionaram algumas situações pontuais, como a atuação de guardas de trânsito que em alguns momentos chegaram a causar certo tumulto na feira devido ao tipo de abordagem que realizaram numa rua ao lado do espaço, e em relação a algumas pessoas embriagadas que acabam causando mal estar e irritação nos feirantes.

Falaram também sobre os produtos que sobram no término das feiras⁷ – aparentemente na feira de sábado há um acordo de não baixar o preço dos produtos quando a feira está terminando, a famosa “xepa” –, acarretando em alguns prejuízos, e sobre as faltas dos feirantes, pois acreditam que quando alguém não comparece para comercializar na feira o consumidor fica prejudicado. Para eles, quanto mais gente comercializando na feira mais bonita ela fica e maior o seu movimento.

Após mais de seis horas de entrevista, a última questão que fiz foi referente aos seus sonhos, sobre o que gostariam de alcançar na vida. Argumentei que eles poderiam sonhar o mais alto possível, que a ideia era poder conhecer seus desejos, mesmo que utópicos ou com baixo potencial de realização, mas foram bem pragmáticos nas respostas. Eles querem deixar o lote em que vivem bem estruturado, com ampliação da horta e melhoria no sistema de irrigação, o Sistema Agroflorestral (SAF) bem organizado e aumento na capacidade de oferta de produtos para o PAA e o PNAE. Eles também comentaram sobre investir na construção de

⁷ Quando termina a feira eles levam de volta os produtos que tem um prazo de validade maior, como frutas e algumas leguminosas, para serem comercializados na feira seguinte, e aqueles mais perecíveis, como as folhas, eles costumam doar para outros feirantes.

um espaço destinado a eventos e hospedagem de eventuais turistas. O casal, assim como outros moradores do assentamento, acreditam no potencial do estabelecimento de um turismo rural na região, devido, principalmente, a existência de atrativos naturais ali presentes⁸.

Enquanto os feirantes seguem sonhando e investindo trabalho e recursos financeiros na produção e comercialização de seus produtos, novos obstáculos vão surgindo. No início do ano de 2020 o casal mantinha sua participação na feira que ocorre aos sábados e aguardava a retomada da de quarta-feira, que havia entrado em recesso no final do ano anterior e cujo retorno era esperado para ocorrer em meados do primeiro semestre do ano corrente. Entretanto, a chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil provocou a necessidade do isolamento social e a consequente interrupção de todos os eventos sociais.

Diante da iminente suspensão da feira por tempo indeterminado, a estratégia adotada pelo casal foi a de pegar o contato de todos/as os/as clientes que visitaram a feira naquele dia derradeiro para começar a trabalhar com o sistema de entregas. A partir da segunda metade de março, então, começaram a divulgar uma lista de produtos para os contatos que possuíam oferecendo o serviço de entrega (ou retirada em alguns pontos fixos da cidade), efetuada duas vezes por semana, mediante escolha antecipada dos produtos desejados. Nesse momento inicial contaram com o apoio de parceiros para ampliar a divulgação dessa iniciativa nas redes sociais. Outra estratégia adotada foi a entrega de cestas semanais, que ocorria por intermédio de outra pessoa, mas essa iniciativa durou pouco tempo.

Segundo me relatou um membro do casal, a implementação dessa iniciativa ajudou a “segurar as pontas”, mas sua situação econômica piorou durante a pandemia. Pois, além de a quantidade de produtos vendidos por meio do sistema de entregas não ter conseguido atingir o mesmo patamar das feiras, a interrupção da compra de produtos pelo poder público municipal para o PNAE (devido ao recesso das atividades escolares) provocou um impacto considerável nas finanças do casal.

No mês de outubro, com a gradual retomada de algumas atividades presenciais, a feira de sábado foi reativada. O casal voltou a participar, mas me foi relatado que o movimento ainda está devagar, não apenas pelo receio que algumas pessoas apresentam de deixar o isolamento em que se encontram, mas também porque muitas das atividades que contribuíram para dar mais visibilidade à feira e atrair maior quantidade de público não estão acontecendo, como é o caso dos eventos culturais e a comercialização de alimentos para serem consumidos

⁸ Há alguns anos foi montado um projeto de uma cozinha rural junto ao poder público, para ser organizada de forma coletiva entre os membros do assentamento (alguns itens já foram comprados inclusive), visando desenvolver o turismo na região e promover melhoria na renda dos assentados, mas ele ainda não saiu do papel.

durante a feira. A própria venda de garapa, que garantia uma entrada econômica relevante para o casal, teve que ser adaptada aos novos tempos: agora é comercializada em garrafas para evitar o consumo no local.

Somado ao baixo movimento de pessoas presenciado na feira, observou-se também uma considerável diminuição de pedidos para entregas, atividade que continua sendo mantida pelo casal. Eles acreditam que a retomada das feiras (e não apenas a que participam) fez com que alguns dos clientes usuais deixassem de solicitar o serviço de entregas e passassem a adquirir os produtos diretamente nas feiras. Perguntei ao membro do casal entrevistado qual seria, na opinião dele, a melhor alternativa para promover uma melhora na comercialização, i. é., o que ele achava que poderia ser feito para melhorar sua situação econômica, e ele me respondeu que, além da retomada das compras para o PNAE, ele gostaria que fosse aberto um novo ponto para a realização de feira. Ou seja, ele segue acreditando no potencial das feiras para melhorar sua situação econômica, tanto quando desejando ampliar sua participação nesse ambiente, não apenas pela questão econômica, mas por tudo o que representa na vida deles e as formas de sociabilidade que propicia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi procurar conhecer e analisar a rotina de participação nessas feiras de modo a compreender o que significa “fazer feira” para eles, quais aspectos estão relacionados e o impacto que a atividade de feirante representa na renda e no seu modo de vida. A realização deste trabalho me proporcionou conhecer melhor a trajetória de vida do casal, que eu já conhecia e cujos produtos tenho costume de consumir. Percebi como a vida deles, desde o nascimento até o momento presente, tem muitos pontos em comum com a de outras pessoas que vivem em assentamentos de reforma agrária e se dedicam a produção de alimentos – a origem camponesa, a vida muitas vezes difícil na cidade, o ingresso num movimento de luta por reforma agrária, o envolvimento com a produção de formas mais sustentáveis de agricultura, os desafios que enfrentam, e assim por diante.

Nas feiras pude observar como a relação entre os produtores durante a realização do evento tende a ser harmoniosa e cooperativa, que muitos deles participam de outros espaços similares, e que a relação direta com parte considerável dos consumidores tende a alcançar outro nível de proximidade, maior do que a que predomina nas relações convencionais de venda e compra de produtos. Assim, pode-se conjecturar que as feiras apresentam potencial

para desenvolver outras formas de relação econômica, fomentando a auto-organização dos produtores e formas de consumo mais éticas, responsáveis e solidárias.

Ao tentar trazer para o trabalho um pouco da realidade deste casal, busquei relatar o que vi acompanhando-os nas feiras, todo o processo de preparação e de comercialização, os esforços, custos e recompensas relacionadas à participação em uma atividade deste tipo. Mas cabe destacar que antes de colherem o produto para levar à feira há todo um longo processo envolvido, o qual não acompanhei, que consiste em planejar a produção, adquirir sementes, preparar e cultivar a terra, adubar, conter as pragas, manter a horta limpa (roçar o “mato” em volta, por exemplo), regar (geralmente isso é feito ao menos duas vezes ao dia em tempos mais secos), e demais obrigações associadas à produção rural.

É muito importante, para exercer a prática do consumo solidário, que o consumidor seja capaz de reconhecer que por detrás de todo produto existem pessoas que dedicaram seus conhecimentos, tempo e esforços para a sua confecção. Essas pessoas compartilham da mesma humanidade que nós, portanto, também possuem necessidades, desejos, angústias e sonhos, os quais, muitas vezes, procuram realizar por meio da atividade laboral que desenvolvem. Ou seja, a empatia, neste caso, tem um papel fundamental.

No entanto, além da empatia, é necessário que o consumidor que pretende adotar práticas de consumo solidário compreenda o consumo como um ato político. Pois, a partir de uma perspectiva crítica de como as relações econômicas acontecem hegemonicamente em nossa sociedade, causando uma série de danos sociais e ambientais, o consumidor deve ter clareza de que as opções que faz quando consome, onde ele deposita sua confiança e seus recursos, acabam por definir quais modelos serão fortalecidos e quais serão enfraquecidos.

O consumo solidário, sucedâneo à noção de consumo crítico (MANCIE, 2003), compreende que cada ato de consumo é um gesto de dimensão planetária que pode tornar o consumidor cúmplice de ações desumanas e ecologicamente prejudiciais, como a exploração do trabalho escravo e infantil ou o desmatamento da floresta amazônica, por exemplo, ou, por outro lado, contribuir para a promoção da equidade social, preservação ambiental e construção de formas de organização mais solidárias. Cabe a cada um de nós refletir sobre o próprio consumo e o consumo das instituições das quais fazemos parte e exercer o ato de consumir da forma mais ética, responsável e solidária possível.

A pandemia de COVID-19 tem causado uma série de dificuldades para a grande maioria das pessoas – com exceção daquelas que sempre acabam lucrando em situações de crise, como alguns bilionários que viram suas fortunas crescerem de forma ainda mais acelerada. Os pequenos produtores (assim como comerciantes locais, artistas e outros

profissionais) compõem uma das categorias mais afetadas, e para que essas pessoas tenham condições de viver de forma digna e sigam desenvolvendo suas atividades o apoio por parte dos consumidores é fundamental.

Seja procurando adquirir os bens produzidos de outras maneiras (como por meio do sistema de entregas), financiando parte da produção (mediante compra antecipada, por exemplo), ajudando na divulgação, organizando compras coletivas, dentre outras alternativas, é muito importante e necessária, mais do que nunca, a prática do consumo engajado, no sentido político mencionado anteriormente. A relação entre produtores e consumidores, diferentemente do que prega a ideologia capitalista, é uma relação de cooperação, auto sustentada, na qual a ação de um satisfaz as necessidades do outro. E para que possamos seguir consumindo produtos de qualidade, produzidos de forma social e ambientalmente equilibrada, sem exploração, e de acordo com os princípios defendidos pela economia solidária, precisamos garantir que quem produz dessa forma possa seguir existindo, caso contrário, estaremos cada vez mais reféns das grandes corporações cujo único princípio é a busca pela maximização do lucro.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Eduardo Firak. **Sistemas alimentares alternativos: o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis, SC** [dissertação de mestrado]. Florianópolis: Programa de Agroecossistemas da UFSC, 2014.

FRETEL, Alfonso Cotera; SIMONCELLI-BOURQUE, Eloïse. **O Comércio Justo e o Consumo Ético**. Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2003.

GONÇALVES, José Cláudio. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento** [tese de doutorado]. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2016.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Orgs.). **Práticas de Comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

MANCE, Euclides André. Consumo Solidário. *In*: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS MICRORREGIÕES DE ALFENAS E VARGINHA¹

Juliano Silva Cougo²
Dimitri Augusto da Cunha Toledo³
Kaio Lucas da Silva Rosa⁴
Ana Carolina Guerra⁵
Lucas Eduardo Juventino⁶

RESUMO

O avanço do sistema capitalista de produção suscitou deformações mercantes na sociedade, a exploração da força de trabalho intensificou-se em favor da acumulação e em desfavor do grande contingente de trabalhadores. Em resposta, com experimentalismo, a economia solidária tem buscado construir uma alternativa emancipatória à égide do capital por meio da geração de trabalho e renda. As políticas públicas de economia solidárias somam-se a essa busca, ressignificando o papel do Estado em prol de setores excluídos e de outras formas de solidariedade, voltadas a empreendimentos e demais iniciativas de economia solidária. Frente a isso, este estudo buscou mapear e analisar as políticas públicas de economia solidária existentes nas microrregiões de Varginha-MG e Alfenas-MG, a fim de compreender os aspectos que fundamentam essas políticas públicas. Os municípios foram categorizados e analisados, de forma a evidenciar suas políticas e práticas no campo da economia solidária. A metodologia empregada partiu de uma abordagem qualitativa, através de entrevistas e análise documental nas prefeituras e câmaras dos municípios pesquisados. Em linhas gerais, das 12 cidades da microrregião de Alfenas-MG apenas 3 apresentaram alguma lei que pode ser destinada à economia solidária: Carvalhópolis, Machado e Alfenas. Já na microrregião de Varginha das 16 cidades, 5 continham essas leis: Elói Mendes, São Bento Abade, Três Pontas, Três Corações e São Thomé das Letras.

Palavras-chave: Economia Solidária; Políticas Públicas de Economia Solidária; Municipal; Sul de Minas Gerais.

¹ Este estudo contou com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC/UNIFAL-MG.

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, julianocougo00@gmail.com.

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br.

⁴ Graduado em Interdisciplinar em Ciência e Economia e Acadêmico de Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas, kaio.rosa@sou.unifal-mg.edu.br.

⁵ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, ana.guerra@unifal-mg.edu.br.

⁶ Acadêmico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, lucas.juventino@sou.unifal-mg.edu.br.

INTRODUÇÃO

O capitalismo industrial sobrepôs o ritmo da máquina ao do trabalhador, desvalorizou a força de trabalho, interferiu nas gestões e privilegiou o acúmulo de capital aos elementos dignificadores das atividades, como o tempo e a maneira de se trabalhar. Em função da redução dos custos, da manutenção da competitividade, e da concentração dos ganhos, desde seu início até a atualidade, o modelo econômico voltou-se a manter uma constante massa de trabalhadores em situação de desemprego ou subemprego (CITÓ, 2010).

Apesar deste sistema ter se perpetuado entre as décadas, foi, sobretudo, a partir da década de 1980 que o capitalismo ganhou força de dois elementos que integraram as suas diretrizes e amplificam seus efeitos danosos: o ideário neoliberal e a globalização sob o viés do mercado (MONTEIRO, 2009; MOTA, 2009; CUNHA, 2012). Em meio a esse contexto, nos últimos anos, com o avanço das tecnologias e as aberturas aos mercados internacionais, houve, além da terceirização e precarização, a substituição em massa do trabalho humano por mecanismos eletrônicos e dos cortes de custos propostos para a manutenção da competitividade. O que, no cenário brasileiro, resultou na expressiva redução da mão de obra como fator de produção, intensificando o desemprego e a exclusão socioeconômica (SINGER, 2006).

A economia solidária desponta como uma alternativa a esses efeitos da acumulação capitalista. Ela surge como uma força da busca emancipatória do trabalhador e de reversão econômica sob a égide do capitalismo, pautando a transformação democrática das concepções de organização e de produção segundo uma lógica inclusiva e horizontalizada (MONTEIRO, 2009). As experiências de organizações coletivas instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica é direcionada a outros fins que se integram a propósitos de mudanças sociais (LAVILLE, GAIGER, 2009).

Um traço marcante do movimento em defesa da economia solidária, apesar do desafio da superação das políticas públicas neoliberais, tem sido a tendência a colocar a problemática da autogestão na agenda pública, transformando-a em lutas por direitos. Desta forma, a economia solidária recoloca a defesa da autogestão como princípio de organização social, econômica e política, e vai se construindo como identidade, movimento social e como questão pública (SCHIOCHET, 2009).

Postas as mudanças do trabalho e as respostas alternativas engendradas, inclusive com o apoio de políticas, este estudo tem como objetivo mapear e analisar as políticas públicas de economia solidária existentes nas microrregiões de Varginha-MG e Alfenas-MG, no Sul de

Minas Gerais, identificando suas potencialidades e principais aspectos que têm facilitado ou obstaculizado que as políticas identificadas sejam voltadas à economia solidária.

Metodologicamente, para os fins propostos, foi realizada uma análise de natureza qualitativa em um estudo descritivo-explicativo. Os dados coletados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas por ligações e análise documental de materiais disponibilizados pelas prefeituras e câmaras dos municípios pesquisados. O texto que segue é estruturado inicialmente com as seções: economia solidária: trajetórias e definições conceituais; e ação pública: políticas públicas de economia solidária. Nas seções seguintes, apresenta-se: os caminhos metodológicos percorridos; a análise dos resultados obtidos; e na última seção, são expostas as considerações finais da pesquisa.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIAS E DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Os empreendimentos associativos foram recorrentes ao longo da história, mesmo nas primeiras sociedades classistas. Não obstante, as iniciativas de associação em meio ao capitalismo também são quase tão antigas quanto ele mesmo (CRUZ, 2006). As primeiras experiências associativas têm suas raízes na Europa no século XIX, com o forte empobrecimento do campesinato e da classe operária ante o redesenho econômico da primeira Revolução Industrial (GAIGER, 2009). Enquanto os camponeses eram expulsos dos domínios setoriais, a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais, chegando a ameaçar a reprodução biológica do proletariado (SINGER, 2012).

A partir da década de 1970, o desemprego em massa voltou a assombrar as economias nacionais. As indústrias mudaram-se para países nos quais os direitos trabalhistas eram inexpressivos, provocando a desindustrialização de países semidesenvolvidos e centrais. Cenário agravado pela perda de força dos sindicatos, por conta da redução de sua base social, pela flexibilização do trabalho, e pela diminuição dos salários para a classe operária (SINGER, 2012). Nesse contexto, várias iniciativas voltadas para a criação de empregos apoiadas pelos sindicatos progressistas se propagaram por meio de empreendimentos autogeridos por trabalhadores (SILVA, 2010).

No Brasil, há registros de empreendimentos econômicos solidários (EES) desde o início da primeira metade do século XX. Mas foi, sobretudo, a partir da década de 1980 que essas organizações começaram a se proliferar com mais rapidez, ganhando também maior expressão econômica e política (GUERRA, 2014). A expansão e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil contaram com o apoio de entidades. Destas

destacam-se: a Caritas brasileira; a Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's); a Central Única dos Trabalhadores; a Agência de Desenvolvimento Solidário; a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil; a Cooperativa de Crédito e Economia Solidária. Além do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; e dos Fóruns Sociais Mundiais, que cristalizaram a identidade da economia solidária no âmbito brasileiro (MORAES, 2011; SINGER 2006).

Na esfera política, a partir de 2003, os empreendimentos econômicos solidários ganharam representação por meio da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Com destaque para a última, que implementou o Programa Economia Solidária em Movimento, incluindo-o nos Planos Plurianuais do Governo Federal a partir de 2008 (PITAGUARI et al., 2012).

O termo economia solidária é utilizado em diversas conjunturas e possui diferentes significados que, em sentido único, giram em torno da ideia de solidariedade como mecanismo alternativo às práticas individuais utilitaristas que circundam o cenário econômico mundial predominantemente marcado pela economia de mercado (LAVIVE; GAIGER, 2009). Suas diretrizes conseguem proporcionar a construção de redes que, baseadas na igualdade e na solidariedade, se diferenciam da lógica capitalista, principalmente em relação ao modo de produção e comercialização de bens e serviços (PAULA et al, 2011). Uma definição contundente de economia solidária, entende-a como

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p. 69).

Seus empreendimentos caracterizam-se como iniciativas fundadas por meio da livre associação, no trabalho produtivo, na autogestão, e no processo decisório democrático (SINGER, 2009; CULTI et al, 2010). Por meio dessas iniciativas, é possível afirmar que os principais ideais do conjunto de ações que configuram a economia solidária compartilham dos objetivos de inclusão social, desenvolvimento humano e territorial, desenvolvimento sustentável da sociedade, humanização das relações comerciais, geração de trabalho e renda, e valorização e respeito às diversidades étnicas e culturais (ARROYO, 2006).

Merece destaque o caráter autogestionário que compõe as organizações de economia solidária. A autogestão na lógica do cooperativismo solidário afirma a integralidade do trabalhador na organização, proporcionando-o autonomia aos elementos externos, evitando

dependências que possam interromper suas atividades, ao passo que identifica o trabalhador não só como empregado, mas como gestor do seu próprio negócio (CITÓ, 2010).

AÇÃO PÚBLICA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O termo políticas públicas refere-se a um conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, e ao processo de construção e de ação dessas decisões, voltadas a um problema público como respostas, e com intenção de resolvê-lo (SECCHI, 2010). No Brasil, de acordo com Nagem e Silva (2013), ocorreram profundas mudanças no cenário sócio-político a partir da década de 1980, que resultaram em um processo de redemocratização. A partir de 1990, o Estado passou a envolver também uma descentralização de recursos dos órgãos governamentais para entidades sem fins lucrativos, por meio de parcerias. É nesse contexto que se inserem muitas das práticas e políticas de economia solidária.

As políticas públicas de economia solidária são políticas de desenvolvimento voltadas ao público historicamente excluído ou cuja pobreza e exclusão social estão sendo ampliadas. Buscando assim criar um contexto que propicie a emancipação desses sujeitos pela sustentabilidade e a cooperação (PRAXEDES, 2009). Essas políticas tratam-se da constituição de uma alternativa de inclusão social pela via do trabalho, com base em premissas como a cooperação, autogestão e solidariedade na efetivação de atividades econômicas (SILVA, 2011),

Segundo Schiochet (2009), à medida que a economia solidária vai se desenvolvendo como identidade, movimento social e questão pública, a mesma propõe políticas públicas específicas, diferentes de outras experiências. Enquanto política pública, a economia solidária pode ser entendida, no caso europeu, como “uma busca de reconfiguração do papel do Estado para garantir coesão e proteção social baseadas em novas formas de solidariedade”. E no caso latino-americano, “resulta da crise do modelo neoliberal que orientou a ação governamental da década de 90, constituindo-se em alternativa crítica a esse modelo” (SCHIOCHET, 2009, p. 268).

A economia solidária reúne diferentes ações voltadas ao desenvolvimento, e por entender que seu público alvo é historicamente excluído, suas políticas devem conter ações transversais que criem condições emancipatórias e sustentáveis, reconhecendo as diferenças entre os sujeitos e a diversidade de suas demandas e rejeitando o viés assistencialista. Assim, as políticas públicas voltadas para o incentivo da economia solidária devem ter como objetivos a ampliação de oportunidades, a criação de instrumentos legais que viabilizem o

acesso dos empreendimentos aos organismos de fomento, e o fortalecimento da participação política e social dos trabalhadores da economia solidária (SCHWENGBER, 2006).

Nesse cenário, várias edições do Fórum Social Mundial tiveram papel crucial para a mobilização de diversos atores sociais em prol da economia solidária. A nível federal, em 2003, criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Conselho Nacional de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (MONTEIRO, 2009; SILVA, 2015). Com destaque especial para a última, essas ações representaram um marco histórico para a institucionalização da economia solidária no cenário brasileiro (SILVA, 2015).

É preciso considerar também que a economia solidária entrou recentemente na agenda governamental, diante das iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgidas no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda já existentes, porém com as premissas da economia solidária distinguindo das pautas neoliberais (SCHIOCHET, 2009). As políticas públicas de economia solidária estão em construção, são experiências ainda muito recentes no país, cujas metodologias ainda se encontram em processo de experimentação. Resultando na temática da economia solidária como assunto ainda impreciso para muitos (FRANÇA FILHO, 2006).

Os avanços políticos e econômicos da economia solidária como política ainda não alteraram umas de suas principais características, que são políticas de governo, ou seja, sua existência depende dos partidos, coalizões e dos grupos políticos que assumem o poder executivo. A economia solidária não foi incorporada como direitos dos cidadãos e nos deveres públicos, sendo um dos desafios de se institucionalizar tais políticas públicas interligá-las à participação e ao controle social, de forma a garantir a economia solidária com as outras políticas, mantendo suas especificidades, sua trajetória e seus desafios (SCHIOCHET, 2011). O campo da economia solidária tem evoluído quantitativamente e qualitativamente no cenário nacional, tornando-se um assunto de contornos mais complexos e ganhando também maiores expressões nas agendas políticas (FRANÇA FILHO, 2007).

Para esse processo de construção das políticas públicas de economia solidária em curso, é crucial levar em conta o modo com que os diferentes níveis de administração do Estado brasileiro são dotados de possibilidades e limitações próprias. Seja a união, os estados ou os municípios (ALCÂNTARA, 2014). Estes, por serem onde são materializadas as desigualdades, são imprescindíveis à geração de emprego e renda segundo a formulação e aplicação de políticas públicas de economia solidária (ALCÂNTARA, 2014; GODOY, 2019). Relevância essa das políticas públicas de economia solidária no nível municipal que está no

cerne deste estudo, buscando engendrar o mapeamento e a análise das políticas públicas de economia solidária nas microrregiões de Varginha-MG e Alfenas- MG.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, este estudo empregou a análise qualitativa, a qual se atém aos aspectos da realidade que, por serem complexos e pragmáticos, não possuem quantificação. Centrando assim, na dinâmica que apresenta as relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). A pesquisa se delimita nos estudos descritivos-explicativos, que garantem a proximidade do objeto pesquisa, sendo a pesquisa descritiva “aquelas que vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação” (GIL, 2002, p. 28). A pesquisa explicativa, por sua vez, busca explicar o porquê das coisas através dos resultados oferecidos, que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 28).

Para coleta dos dados, foram realizadas entrevistas por ligações nas prefeituras e câmaras dos municípios pesquisados e a análise documental. Tanto as entrevistas quanto a análise documental buscaram investigar a existências de políticas públicas de economia solidária. Além de contato com o Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária para realização do mapeamento.

Quanto à abrangência pesquisada, a microrregião de Alfenas é composta pelos municípios: Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, e Serrania. Já a microrregião de Varginha é composta pelos municípios: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilicínia, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento do Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha. Todos esses municípios foram categorizados e analisados, de forma a caracterizar suas políticas e práticas no campo da economia solidária.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dentre os municípios pesquisados nas microrregiões de Varginha-MG e Alfenas-MG, no Sul de Minas Gerais, em oito deles foram identificadas algumas práticas de economia solidária ou atividades desenvolvidas potencialmente próximas à realidade atinente aos

empreendimentos econômicos solidários. Esses municípios, bem como suas práticas, são apresentados a seguir.

CARVALHÓPOLIS: neste município, a Lei municipal 1.055 de 19 de maio de 2010, alterada pela Lei Municipal 1.201 de 17 de dezembro de 2015, institui a criação de uma incubadora tecnológica de fomento a pequenas e microempresas, assim como cooperativas e associações. A lei também determina a construção de um parque tecnológico que funcionará com o apoio de articulações entre as comunidades e as universidades próximas ao município. No parque tecnológico, serão realizadas as ações da incubadora buscando oferecer: consultoria financeira, contábil, jurídica e estratégica para as organizações incubadas; capacitar gestores e outros profissionais pertencentes à esfera decisória de associações e cooperativas; atuar de forma a reduzir a mortalidade de novos micros e pequenas empresas e diminuir o desemprego e a desigualdade de renda entre os cidadãos carvalhenses.

A lei também determina o apoio municipal aos agricultores familiares do município, dentre as principais ações estão: o oferecimento de insumos agrícolas e mudas; melhorias nas estradas e nas vias de acesso às áreas de produção: oferta de empréstimo de maquinário e a promoção da feira de agricultores rurais, por meio de barracas personalizadas. Por fim, a lei prevê a criação de um armazém comunitário para armazenagem e distribuição dos produtos das lavouras, como também, a criação de uma horta comunitária.

Pode-se observar que, em alguns aspectos, a lei pode ser favorável às práticas da economia solidária ao determinar a criação de incubadoras de associações e cooperativas, e também ao ser uma lei voltada à geração de trabalho e renda. Porém, a mesma se perde dentro dos valores propostos pela economia solidária, como a autogestão, cooperação e solidariedade, tendo suas ações voltadas à micro e pequenas empresas com a criação de um pensamento empreendedor, e a criação de uma incubadora de empresas. Dessa forma, não se pode determinar essa lei como uma política pública de economia solidária exclusivamente, por não seguir alguns dos preceitos da economia solidária.

MACHADO: a Lei 2.141, de 15 de junho de 2009, dispõe sobre o programa Geração de Emprego, Renda e Esperança (PROJERE). O programa objetiva fortalecer empreendimentos populares (inclusive empreendimentos solidários) para o combate ao subemprego e ao desemprego no município. A Lei também propõe o apoio à cooperativas, associações e incubadoras que atuam dentro dos preceitos da economia solidária para o aumento de oportunidades de emprego e renda no município. Estabelece, ainda, a criação de uma incubadora de emprego, entretanto, esta não é necessariamente voltada para EES, mas para pequenos micros empreendimentos do município, sendo estes de caráter associativo e

solidário ou não. Por fim, a lei também busca dar apoio a agricultores familiares de pequeno porte (não especificando se estes devem trabalhar em caráter associativo).

A Lei 2.141 sobre a geração de emprego, renda e esperança da cidade de Machado, poderia ser a que mais se aproxima do conceito de economia solidária. Contudo, a lei se contradiz em alguns pontos, como por exemplo, ao mencionar que segue os princípios da economia solidária e, logo após, em alguns artigos e incisos, citar a criação de uma cultura empreendedora, e também a criação de uma incubadora de empresa, que foge da caracterização do que é a economia solidária. Entretanto, observa-se que pequenas adaptações mais condizentes com a realidade dos EES podem ser feitas de forma a caracterizá-la como experiência política pública de economia solidária, e conseqüentemente beneficiar a vida dos membros dos EES.

ELÓI MENDES: a Lei 1.068, de 26 de outubro de 2007, dispõe sobre a titulação de entidade de utilidade pública para as seguintes organizações rurais: Associação Comunitária do Bairro da Barra; Associação Comunitária da Região da Boa Vista; Associação Comunitária do Bairro dos Cobertores; Associação Comunitária da Região da Onça; Associação Comunitária São José das Pindaibas; Associação Comunitária do Bairro São Domingos. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Social, todas essas associações recebem auxílio da prefeitura para a aquisição de insumos, empréstimos de equipamentos e algumas delas também possuem suas sedes em terrenos cedidos pela prefeitura.

Além das associações rurais, o município também oferece auxílios, como a doação de terreno e empréstimos de equipamentos para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (DEUSANARA). E também apoia a Associação dos Artesãos de Elói Mendes, com o empréstimo do local onde são realizados os trabalhos da organização, além de oferecer espaços e barracas em uma feira organizada pela própria prefeitura. Dessa maneira, essas ações da prefeitura fortalecem os EES que podem comercializar seus produtos e expor seu trabalho a fim de promover a emancipação e cooperação dos associados através do trabalho que desenvolvem.

Por ser uma lei voltada apenas às associações comunitárias e associações rurais – exceto pela associação dos catadores e pela associação dos artesãos – e, embora, essas associações constituem-se ou podem se constituir como empreendimentos de economia solidária, a lei não é voltada especificamente para a mesma. Mas Elói Mendes é uma das cidades que possuem potencial para aproximar-se do objeto deste estudo, sendo possível desenvolver algumas mudanças estruturais no projeto com enfoque nos preceitos da economia

solidária. Outro fator que a aproxima de uma política pública de economia solidária é a cessão de terrenos e equipamentos, além de barracas e espaço para comercialização, o que fortalece os empreendimentos.

SÃO BENTO ABADE: a Lei 951, de novembro de 2006, isenta os produtores rurais de qualquer imposto municipal, desde que declarem suas culturas e façam parte de qualquer associação de produtores rurais ou organização similar credenciada à prefeitura. A lei também regulamenta a feira dos produtores rurais na cidade. Cabe ressaltar que essa lei não é, especificamente, voltada a EES. Mas segundo o secretário municipal de turismo, há EES que atuam na condição de associações de produtores rurais, e a prefeitura estabeleceu uma parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Com isso, por meio desse acordo de colaboração, as entidades organizam uma feira semanal para a venda de produtos orgânicos dos agricultores beneficiados pela lei. E alguns artesãos também possuem autorização para comercializar no local.

No caso de São Bento Abade, pode-se analisar que a lei é voltada sobretudo aos produtores rurais e não aos EES, embora muitos produtores rurais sejam da economia solidária. Dessa forma, a política pública na cidade não é voltada especificamente à economia solidária, mas com algumas adaptações e outras visões, pode ser alterada nesse sentido. Partindo dos preceitos da economia solidária, é possível propor adaptações que valorizem os trabalhos dessas associações e incluam outros empreendimentos da região que não só os produtores rurais, dessa maneira, tem-se uma ampliação de oportunidades e um modo de viabilizar o fomento desses empreendimentos.

TRÊS PONTAS: de acordo com a Lei 3.071, de 19 de março de 2010, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ATREMAR) é possuidora do título de organização de utilidade pública, sendo, portanto, conveniada à Prefeitura de Três Pontas. O convênio tem por objetivo auxiliar financeiramente e tecnicamente a organização. A prefeitura também se compromete a: fiscalizar a utilização dos recursos transferidos a associação; acompanhar seu funcionamento técnico e administrativo; conceder a utilização de um galpão para a realização das atividades; custear despesas de água, luz, telefone, manutenção dos veículos, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e manutenção dos equipamentos necessários para o funcionamento da associação; promover campanhas educativas e de mobilização social visando à implantação e a ampliação da coleta seletiva no município; e, disponibilizar repasses para o custeio dos serviços de um motorista e de um assistente administrativo que trabalham na organização.

A lei mapeada em Três Pontas, não está ligada à criação de incubadoras, nem ao desenvolvimento de EES. Existe uma parceria entre o município e a Associação Atremar, esta faz parte do movimento nacional de catadores e seus membros possuem conhecimento do debate sobre a economia solidária, porém, em momento algum se intitulam como um empreendimento de economia solidária. Portanto, não pode ser considerada uma política pública de economia solidária, sendo necessário rever a lei e adicionar novas emendas que apoiem outros empreendimentos locais e desenvolvam a geração de trabalho e renda de acordo com as premissas da economia solidária.

TRÊS CORAÇÕES: a Associação dos Artesãos de Três Corações (CRIARTE) possui um espaço para a comercialização de artesanatos dentro do Museu Tricordiano, chamado Terra do Rei. Além da estrutura física, a prefeitura também coloca à disposição um funcionário como vendedor no local. Cabe ressaltar também que, como o local pertence à prefeitura, a associação não paga tributos como água, luz e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). A prefeitura promove também, uma vez ao mês, uma feira de vendas dos produtos de várias organizações sociais, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e outras diversas ONG's com diferentes finalidades. Nessa feira, a CRIARTE possui 20 barracas, com cerca de dois artesãos por barraca, para a exposição de seus produtos.

No caso da cidade de Três Corações, existes similarmente a cidade de Três Pontas, existe uma parceria entre o município e a Associação que pode, em partes, se caracterizar como prática de economia solidária por gerar trabalho e renda aos trabalhadores segundo uma lógica associada. Porém, para que essa proposta seja estreitada ao foco dessa outra economia, seria preciso que o foco dessa parceria fosse alterado, visando se tornar uma lei ou política pública de economia solidária atendendo a outros atores do município.

SÃO THOMÉ DAS LETRAS: a Lei 862, de 12 de novembro de 1999, autoriza a Prefeitura Municipal a ceder um espaço para a Associação de Artesãos de São Thomé das Letras. O espaço é destinado para a exposição e comercialização dos artesanatos. A Lei 1.217, de 12 de novembro de 2009, autoriza o reconhecimento da Associação de Costureiras e Artesãs de São Thomé das Letras como organização de utilidade pública, devendo a prefeitura prestar auxílio financeiro para a manutenção das atividades dessas organizações. Segundo a secretária de Assistência Social, a prefeitura também desenvolve uma feira mensal que abrange os empreendimentos populares e solidários do município, dando direito a exporem seus produtos e artesanatos.

Quanto ao município de São Thomé das Letras, podemos analisar que também se aproxima de uma política pública de economia solidária, onde desenvolve-se uma associação de Artesãos e outra de Costureiras e Artesãs, com a concessão de espaço para ambos comercializarem e exporem seus produtos. Contudo, o enfoque do município é apenas nas associações de artesãos e não nos EES, embora algumas associações se desenvolvam por meio da economia solidária. As políticas do município podem buscar mecanismos para que se constituam outros empreendimentos solidários. E buscar ampliar as oportunidades dos demais grupos e viabilizar fomento para que possam se desenvolver, continuando os investimentos nas feiras a fim de divulgar o trabalho dos mesmos e contribuir com a comercialização dos seus produtos.

ALFENAS: não foi possível contatar o procurador da Câmara Municipal, assim como o Secretário de Desenvolvimento Rural – ambos indicados para responder sobre as políticas públicas pertinentes ao estudo. Contudo, ao se analisar a página virtual da Câmara Municipal, foi identificada a Lei 3.880 de setembro de 2006, que autoriza o repasse do valor de R\$34.527,00 para a Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas-MG (FACEPE) para a execução de uma das ações do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), que tem como temas: a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária e prevenção à doença. Cabe aqui ressaltar que, apesar desta política pública não pertencer ao momento atual, estudos voltados a analisar quais foram os benefícios proporcionados aos empreendimentos solidários por meio do repasse de recursos são futuros esforços pertinentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados encontrados, em relação à microrregião de Alfenas-MG, dos 12 municípios estudados, somente 3: Carvalhópolis, Machado e Alfenas, apresentaram políticas potencialmente destinadas à economia solidária. Quanto à microrregião de Varginha, das 16 cidades, em 5: Elói Mendes, São Bento Abade, Três Pontas, Três Corações e São Thomé das Letras, foram identificadas essas políticas potencialmente destinadas à economia solidária. Nas 28 cidades estudadas, não foram identificadas políticas públicas específicas de economia solidária nas cidades das microrregiões de Varginha-MG e Alfenas-MG. O que pode dificultar o processo de consolidação e expansão da economia solidária.

As políticas de economia solidária, além do incentivo à participação política e social, podem gerar efeitos em prol dos munícipes, do produtor ao consumidor. Como a inclusão

social; a geração de trabalho e renda de modo coletivo, associado, autogerido e solidário; a emancipação pelo trabalho segundo outro modo de produção pautado na propriedade coletiva dos meios de produção; e a busca pela sustentabilidade e pelo bem comum. Impulsionando, ainda, a criação de novos EES, ou a consolidação de empreendimentos que ainda não se identificam com a lógica da economia solidária.

Possibilidades que encontram entraves na ausência da delimitação sobre economia solidária nas leis. E para que sejam concretizadas, reclamam a sensibilização do setor público para as temáticas defendidas pela economia solidária. A pesquisa aponta que os gestores públicos atuantes nos municípios pesquisados possuem pouca ou nenhuma informação em relação à economia solidária, assim como suas iniciativas, como os ESS. Como consequência, esses atores institucionais voltam o escopo das agendas governamentais para políticas não balizadas por princípios e valores da economia solidária.

Ciclo esse de desconhecimento-inação que requer ser rompido, e para sê-lo, encontra possibilidades na criação de instrumentos legais para apoio e fomento de políticas às iniciativas de economia solidária, como seus empreendimentos. Um caminho propositivo para esse fim exige, em primeiro lugar, em uma perspectiva nacional, o fortalecimento das iniciativas institucionais de economia solidária, como a SENAES, e o FBES, junto à Rede de Gestores de Políticas Públicas. No nível regional, as Incubadoras e outras entidades de apoio e fomento, junto ao Fórum Sul Mineiro, e as redes de economia solidária podem atuar no fortalecimento dessas políticas. Tudo isso, para o incentivo à criação de fóruns e conselhos municipais de economia solidária, viabilizando a execução de políticas públicas voltadas à economia solidária e ao fortalecimento e à expansão do movimento

Dada a importância da temática tratada das políticas públicas de economia solidária, este estudo buscou contribuir: 1) do ponto de vista teórico-conceitual, com o debate sobre a economia solidária e suas relações com o setor público; 2) do ponto de vista empírico, buscando contribuir mapeando as experiências de economia solidária, existentes nas Microrregiões de Alfenas e Varginha; e 3) do ponto de vista social, onde as informações originárias são importantes na medida em que podem contribuir para o aperfeiçoamento das experiências analisadas, e de forma mais ampla, oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à economia solidária.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 1, p. 135-145, 2014.

ARROYO, J.C.T. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário.** São Paulo: Abramo, 2006.

CITÓ, M.H.C. **Avaliação das políticas públicas de economia solidária: acesso por grupos organizados na cidade de Fortaleza.**2010. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2010.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Federal de Campinas, Campinas –SP, 2006.

CULTI, M. N. et al. **Economia solidária no Brasil: Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários.** São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, G.C. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do Governo Federal voltadas a economia solidária (2003- 2010).** Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Brasília, Brasília – DF, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. Políticas Públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. -L.; MEDERIOS, A; MAGNEN, J. -F (org.) **Ação Pública e Economia Solidária.** Uma Perspectiva Internacional. Salvador/Porto Alegre: Edufba/UFRGS Editora, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155- 174, jan. /jun. 2007.

GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.L.;

GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina, 2009b. P. 181-187.

GAIGER, L.I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 84, p. 81-99, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 4ª ed., 2002.

GODOY, T. M. P. Políticas públicas para economia solidária no Brasil: a autogestão na reprodução das relações sociais de produção. **e-cadernos CES**, n. 02, 2008.

GUERRA, A. C. **Os valores da economia solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários.** 2014, m154f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2014.

LAVILLE, J.L.; GAIGER. L.I. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina, 2009. p. 162-168.

MONTEIRO, P.C.A **economia solidária como política pública: desafios de uma construção - reflexões a partir da experiência baiana.** 2009. 154f. Dissertação (Mestrado

em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2009.

MORAES, D.G.S.V.M. **Políticas públicas municipais, trabalho e empreendimentos solidários na coleta seletiva: o caso da Cooperativa Acácia em Araraquara (SP)**. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2011.

MOTA, J. R. D. **Políticas públicas e economia solidária: avaliação do projeto sementes da solidariedade**. 2009. 96f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2009.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. **Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil**. Revista de Sociologia Política, v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.

PAULA, A. P. P.; et al. A economia solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, art. 7, p. 323-333, 2011.

PITAGUARI, S. O. et al. Panorama da economia solidária no Brasil. In: PITAGUARI, O. S.; CORDEIRO, S. M. A.; LANZA, L. M. B. **A sustentabilidade da economia solidária**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. Cap. 2, p. 33 – 62.

PRAXEDES, S. **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. Boletim IPEA Mercado de Trabalho. N. 39 mai 2009.

SCHIOCHET, V. **Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetórias e desafios**. In: BENINI, E. A. et al. (Orgs). Gestão pública e sociedade. Fundamentos e políticas públicas da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 2 v.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas. In: CATTANI, A. D; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA (coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

SCHWENGBER, Â. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. -L.; MEDERIOS, A; MAGNEN, J. -F (org.) **Ação Pública e Economia Solidária**. Uma Perspectiva Internacional. Salvador/Porto Alegre: Edufba/UFRGS Editora, 2006.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas. **Diálogo**, v. 18, p. 53-76, 2011.

SILVA, S. B. S. **Cooperativismo e economia solidária: um estudo de caso junto a Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana**. 2015. 104f. (Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP, 2015.

SILVA, V. A. **Políticas públicas para a economia solidária: limites e avanços no município de Fortaleza**. 2010. 115 f. (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas

Públicas) - Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicados, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A. **A Pesquisa Científica**. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

SINGER, P. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. In: LAVILLE, J. L.; FRANÇA FILHO, G.C.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. **Ação pública e economia solidária, uma perspectiva internacional**. Florianópolis: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Cap. 7, p. 89- 100.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia Solidária**. 1ed. São Paulo: Abramo, 2012.

SINGER, P. **Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. Boletim mercado de trabalho, Brasília: Ipea, n. 39, p. 43-48, 2009.

GESTÃO SOCIAL EM COMUNIDADES DE PRÁTICA: Experiências da Economia Solidária em Volta Redonda (RJ)

Luís Henrique Abegão¹
Thais Soares Kronemberger²
Josinete Maria Pinto³
Bárbara Cunha Ferreira de Oliveira⁴

RESUMO

O presente relato sintetiza a experiência do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda na condução, em conjunto com a gestão pública municipal, ao longo do ano de 2017, do processo coletivo de construção do I Festival de Economia Solidária de Volta Redonda e do desdobramento dele decorrente: um projeto de política pública de economia solidária para o município. Os processos de construção do Festival e do projeto de política pública, além de estarem imbricados, foram conduzidos segundo as diretrizes da gestão social, tanto no que se refere às suas finalidades, por expressarem interesses sociais manifestos do movimento local de economia solidária, como na forma como se deu sua organização, a partir da instituição de um espaço público compartilhado, onde os atores presentes – representantes da gestão pública municipal, de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio – exercitaram a concretização de objetivos traçados coletivamente, a partir de uma dinâmica participativa, dialógica e democrática. O relato destaca dois momentos do processo: i) a organização do Festival e a elaboração do projeto de política pública de economia solidária, descrevendo as abordagens utilizadas na condução dos trabalhos; e ii) após a realização do Festival, a dinâmica de avaliação do trabalho e a percepção quanto à aculturação dos participantes em gestão social. Percebe-se que, para além dos resultados concretos, o processo de construção do Festival e do projeto de política pública via comunidades de prática trouxe como ganhos subsidiários relevantes a vivência da gestão social e a aprendizagem social no campo da economia solidária.

Palavras-chave: Gestão Social; Aprendizagem Social; Comunidades de Prática; Política Pública; Economia Solidária.

¹ Docente do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (InTECSOL). E-mail para contato: lhabegao@id.uff.br

² Docente do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: thaisk@id.uff.br

³ Educadora Popular e colaboradora da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (InTECSOL) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: josinetemp@yahoo.com.br

⁴ Gestora Pública da Secretaria Municipal de Cultura de Volta Redonda. E-mail para contato: barbara_infomusic@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária manifesta-se na organização coletiva de trabalhadores na condução de uma atividade econômica que pode ser de produção, de prestação de serviço, de comercialização, de consumo, de finanças ou cultural. Mas, o que garante à economia solidária seu caráter singular é a condução da atividade econômica pelos próprios trabalhadores, de forma autogestionária, isto é, eles são os proprietários dos meios de produção, tomam decisões coletivamente e compartilham os resultados entre todos de forma justa. Isso exige, portanto, uma racionalidade econômica particular, na qual o valor não se expressa como lucratividade e sim como cooperação.

A economia solidária questiona, portanto, o *modus operandi* capitalista da produção, comercialização e consumo baseado na lucratividade, na concorrência e na propriedade privada. Trata-se de uma economia que busca o desenvolvimento local, ampliando as capacidades territoriais, incentivando a geração de trabalho e renda, contribuindo assim para a transformação social.

A economia solidária vai mais além das atividades econômicas autogestionárias conduzidas coletivamente pelos trabalhadores. Ela é também um jeito de viver, do bem viver, que implica na cooperação, no respeito à diversidade, no envolvimento com a comunidade, no comércio justo, nas finanças solidárias, na preocupação pelo desenvolvimento local, pelo meio ambiente e pela sustentabilidade.

Portanto, a dimensão social da economia solidária extrapola os ganhos promovidos diretamente aos trabalhadores organizados de forma autogestionária, tanto no que diz respeito a inserção dos mesmos no mundo do trabalho quanto na potencial melhoria nas condições e relações de trabalho e na qualidade de vida. Como o foco não está na competição e na lucratividade e sim na cooperação, os princípios da economia solidária jogam luz em aspectos que são pouco ou superficialmente valorizados na perspectiva capitalista, como o respeito à diversidade, o desenvolvimento local, a sustentabilidade, a preocupação com o meio ambiente e a valorização das culturas e comunidades tradicionais. Além disso, ao propor mecanismos de finanças solidárias, como os bancos comunitários e suas moedas sociais, a economia solidária propõe, em paralelo ao sistema financeiro, soluções que não são concentradoras de riqueza.

Na perspectiva política, por sua vez, a economia solidária compreende um movimento social que vem se organizando desde o final da década de 1990 em fóruns municipais, regionais, estaduais e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como instância de representação em nível nacional. Inclusive, a construção de uma política pública, induzida

pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a partir de sua criação em 2003, se deu em diálogo permanente desta Secretaria com o FBES.

Essas características alinham a gestão dos empreendimentos econômicos solidários e as práticas organizativas do movimento de economia solidária à gestão social, na medida em que ambas adotam a construção coletiva baseada na dialogicidade e na democracia como princípio.

Instituído em agosto de 2016, Volta Redonda conta com um Fórum de Economia Solidária (FESVR) como órgão de representação do movimento de economia solidária e do qual participam membros dos empreendimentos econômicos solidários (EES), representantes de entidades de apoio, como a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (InTECSOL) da Universidade Federal Fluminense (UFF), gestores públicos de várias secretarias municipais, dentre outros segmentos e movimentos sociais que buscam discutir ações voltadas ao desenvolvimento da economia solidária na cidade e região.

A instituição desse Fórum foi um importante passo na ascensão do tema dentro do município, visto que inseriu no debate representantes da gestão pública municipal e possibilitou a ampliação da discussão de estratégias para o fortalecimento da economia solidária, não só na cidade, mas também em âmbito regional, sendo que a primeira iniciativa do FESVR, logo após sua constituição, foi a apresentação da proposta de realização de um Festival de Economia Solidária para aprovação no âmbito da Lei Orçamentária Anual de Volta Redonda para 2017.

No movimento de construção de uma interlocução com a gestão municipal, o Fórum tomou a decisão de antecipar-se ao resultado das urnas, em 2016, solicitando aos dois candidatos a prefeito, que disputaram o segundo turno das eleições municipais, a adesão a uma carta compromisso da economia solidária, formulada pelo Fórum, que apresentava o movimento de economia solidária e suas reivindicações, com destaque para a realização do Festival, como proposta já aprovada no orçamento municipal, e para a situação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em razão do inobservância por parte do município das prescrições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ratificada pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, aprovado em 2016, o qual reservou uma posição subsidiária às cooperativas de catadores. Assim como a carta de compromissos foi construída coletivamente, a reunião com os candidatos também contou com participação de representantes de EES – em especial das cooperativas de catadores –, da InTECSOL e da própria gestão pública.

No âmbito das experiências aqui relatadas, uma atenção especial será dada às dinâmicas participativas associadas à organização do Festival, à formulação do projeto de política pública de economia solidária, ao processo de contratação das cooperativas de catadores pela Prefeitura e à construção do projeto de lei que institui o sistema municipal de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores, procurando apontar distinções entre a dinâmica das duas primeiras iniciativas em relação às duas últimas.

Tomando como referência o artigo de Schommer e França Filho (2008) – Gestão Social e Aprendizagem em Comunidades de Prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação –, no qual os autores exploram as conexões conceituais entre gestão social e aprendizagem em comunidades de prática, este artigo explora as diferentes dinâmicas participativas em espaços que podem ser vistos como comunidades de prática, sendo o FESVR a comunidade perene onde se dá o engajamento político no campo da economia solidária, e outros espaços públicos nos quais o movimento de economia se fez ou faz representar, como o comitê de organização do Festival, a construção do projeto de política pública de economia solidária, o processo de contratação das cooperativas de catadores e a proposição da lei municipal que cria o sistema municipal de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores.

Para além dos resultados objetivados pelas iniciativas relatadas, o desenvolvimento das mesmas deu-se em espaços públicos compartilhados e supostamente convergentes, no entanto, há indícios de que a dinâmica da gestão social na condução democrática e participativa desses processos coletivos sofreu alterações em razão da presença ou não de propósitos mais alinhados à perspectiva das comunidades de prática.

Nesse contexto, o objetivo dos relatos consiste em descrever as diferentes dinâmicas de organização/condução do trabalho nos espaços públicos referidos, analisando os aspectos que possam ser os responsáveis pelos processos diferenciados de gestão social e de comunidades de prática na condução de iniciativas de interesse social e na proposição de políticas públicas, no campo da economia solidária.

2. GESTÃO SOCIAL EM COMUNIDADE DE PRÁTICA

Segundo Tenório (2005, p. 102), a gestão social configura-se como o

...processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação [...]. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação.

Evidenciam-se na gestão social os aspectos da intersubjetividade, da dialogicidade, da democracia e da participação em processos coletivos de tomada de decisão. Aspectos esses que questionam a perspectiva tradicional de gestão ao apostar numa dinâmica gerencial cujos resultados transcendem ao dado objetivo da decisão coletivamente construída, ao contribuir para a emancipação dos participantes, em boa medida favorecida pelo próprio processo de aculturação promovido pela gestão social.

Nesse sentido, a gestão social possui uma dimensão política intrínseca, ao pressupor o desenvolvimento de ações no âmbito de uma esfera pública onde o poder é compartilhado. Isso pode se dar em dois níveis de análise, como citado por Schommer e França Filho (2008), sendo um o nível societário, onde o que está em questão é uma problemática da sociedade, e o nível organizacional, onde a gestão social se expressa como uma modalidade específica de gestão.

Segundo os autores, a gestão social no nível organizacional manifesta-se em organizações que têm como espaço de atuação a sociedade civil, ou seja, agem em “...uma esfera pública de ação que não é estatal” (SCHOMMER e FRANÇA FILHO, 2008, p. 68). Em tais organizações o objetivo econômico é visto apenas como um meio para que seus objetivos sociais sejam concretizados. Sendo assim, pode-se dizer que os empreendimentos econômicos solidários são esferas públicas onde a gestão social deve ser adotada como prática, na medida em que se organizam para a defesa dos interesses sociais dos seus associados e da comunidade da qual fazem parte, segundo os princípios da economia solidária. Além do mais, a autogestão como modelo de gestão dos EES pressupõe abertura ao diálogo e decisão coletiva e democrática.

No nível societário a gestão social alinha-se à gestão pública, por ter como foco de ação as demandas sociais, as quais devem ser respondidas por políticas públicas, que, na concepção da gestão social, necessitam ser construídas a partir do diálogo com a sociedade. No entanto, a prática da gestão social no nível societário pode acontecer em espaços autônomos organizados pela sociedade civil com o objetivo de responder às suas próprias demandas, muitas vezes não atendidas, plena ou satisfatoriamente, pelo Estado. Isso não quer dizer que não haja articulações interorganizacionais, as quais podem envolver relações com esferas governamentais inclusive.

Nesse sentido, a organização do Festival de Economia Solidária e o processo de inclusão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis na gestão e operação do programa municipal de coleta seletiva, bem como os marcos legais derivados destas iniciativas, representaram lócus interorganizacionais para a prática da gestão social,

configurando-se como esferas públicas que tiveram na participação um importante critério. No caso do Festival, isso ocorreu não só na organização do evento em si como no desdobramento dele decorrente, que consistiu na elaboração de um projeto de política pública municipal no campo da economia solidária. No processo de inclusão das cooperativas de catadores também houve a formulação de um projeto de lei que dispõe sobre a criação do sistema de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores de materiais recicláveis, o qual foi construído no âmbito do CACS - Comitê de Acompanhamento do Sistema de Coleta Seletiva de Volta Redonda. Essas esferas públicas, no entanto, são, em parte, resultados do exercício da gestão social em nível societário no Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda.

A compreensão de esfera pública adotada parte da teoria habermasiana ao defini-la como uma rede de comunicações, de posições de opiniões, onde os fluxos comunicacionais originados na sociedade civil são filtrados e sintetizados, a ponto de condensarem-se em opiniões públicas relacionadas a temas específicos. Para tanto, os problemas sociais que repercutem nas condições de vida dos indivíduos são assimilados e canalizados pelos fluxos de comunicação para a esfera pública (HABERMAS, 2003).

A esfera pública funciona como uma estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida. É caracterizada como um espaço compartilhado intersubjetivamente, através das relações interpessoais que surgem no momento que os participantes tomam posição diante das falas, das proposições apresentadas pelos demais participantes (HABERMAS, 2003).

Segundo Habermas (2003), a esfera pública é um espaço político e funciona como uma caixa de ressonância onde os problemas oriundos do mundo da vida a serem trabalhados pelo sistema político ganham eco. “Nesta medida, a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis, no âmbito de toda a sociedade” (HABERMAS, 2003, p. 91). A função exercida pela esfera pública direciona-se para a percepção e a identificação dos problemas da sociedade, além da problematização, a ponto de serem colocados em evidência pelo sistema político, locus do processo de tomada de decisão.

Sustentado em tal discussão, pode-se dizer que a organização do Festival de Economia Solidária de Volta Redonda, o processo de inclusão das cooperativas de catadores na gestão e operação do sistema municipal de coleta seletiva e a construção dos marcos legais para as políticas públicas de economia solidária e de resíduos sólidos constituíram esferas públicas que permitiram o encontro dos participantes do poder público e da sociedade civil no processo de discussão para a estruturação dos processos de organização e controle social das iniciativas, bem como para a elaboração de políticas públicas, além de ter reunido as

condições para que as decisões alcançadas acontecessem em prol do bem-estar social. Aberto à população e acessível à participação dos cidadãos, o Festival, em particular, também se tornou um espaço para a comunicação, a expressão de reivindicações e o desenvolvimento de sujeitos políticos (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Para Schommer e França Filho (2008), a gestão social manifesta-se na esfera pública com uma dinâmica de comunidades de prática, em que a tomada de decisão coletiva alinha-se a princípios como: democracia deliberativa, racionalidade substantiva e dialogicidade. Para os autores, “as comunidades de prática podem ser definidas como grupos de pessoas que interagem regularmente, engajadas mutuamente em atividades compartilhadas, orientadas por um senso de propósito comum, de empreendimento coletivo” (apud KIMBLE e HILDRETH, 2004). Schommer e França Filho (2008, p. 75) destacam que “as comunidades de prática surgem naturalmente nos contextos de interação social, desenvolvendo um domínio de conhecimento que lhe é próprio, o qual constitui o núcleo do engajamento de seus membros e da identidade da comunidade” (apud WENGER, 1998).

Portanto, como o próprio conceito sugere, nas comunidades de prática o conhecimento é compartilhado e valorizado em seu caráter relacional, dinâmico e associado à prática. Isso suscita um ambiente de aprendizagem bastante distinto dos espaços convencionais, exigindo uma abordagem social da aprendizagem, cuja principal característica é o seu aspecto coletivo.

As comunidades de prática, por serem os espaços privilegiados para a vivência da abordagem social da aprendizagem, que pressupõe o desenvolvimento do conhecimento de forma dialógica, coletiva e socialmente referenciada, ensejam a possibilidade do exercício da gestão social, na medida em que compartilham os mesmos princípios.

Soma-se a isso o fato das comunidades de prática estarem abertas à inclusão de novos atores, numa dinâmica que, para alguns autores citados por Schommer e França Filho (2008), é denominada de participação periférica. Segundo os autores:

ao comentar a ideia de legítima participação periférica em comunidades de prática, percebe-se outra relação com a noção de gestão social, em que se valoriza o processo, as maneiras como são tomadas as decisões e conduzidas as ações. Nessa concepção, mais importante do que ensinar gestão social, seria permitir acesso a recursos e oportunidades de aprendizagem, como acesso à estrutura das práticas de trabalho, chance de participar de decisões, de entrar em contato e compartilhar práticas com pessoas com distintos conhecimentos, com legitimidade para isso. O aprendiz ocupa diferentes papéis e responsabilidades no âmbito de um amplo espectro de situações de aprendizagem, entre a periferia e o centro de uma comunidade (SCHOMMER e FRANÇA FILHO, 2008, p. 75).

Compreendendo, portanto, os processos de organização do Festival e proposição da política pública de economia solidária, bem como de inclusão das cooperativas de catadores

no sistema de coleta seletiva e de concepção de um marco legal que garanta legitimidade à essa participação das catadoras e catadores, como comunidades de prática e a efetiva abertura de tais esferas públicas à participação periférica, e considerando a dinâmica de gestão social que se procurou imprimir às mesmas, a aprendizagem social proporcionada pelas experiências não se limitou apenas a uma maior compreensão a respeito da economia solidária e da política nacional de resíduos sólidos como viabilizou uma aculturação em gestão social.

3. O FESVR COMO COMUNIDADE DE PRÁTICA PERENE

O Fórum é resultante de um processo de cerca de quatro anos de mobilização, articulação e construção política envolvendo EES, gestores públicos, entidades de apoio e outros movimentos sociais com o propósito de fortalecer a economia solidária na Região do Médio Paraíba, dando-lhe maior visibilidade e discutindo com os atores participantes a necessidade de políticas públicas voltadas para este campo.

Na Região do Médio Paraíba, a economia solidária ainda se revela bastante incipiente. No que se refere à capacidade organizativa do próprio movimento, a região conta com apenas dois fóruns municipais de economia solidária instituídos, sendo que o de Pinheiral, mesmo com o seu pioneirismo, encontra-se desarticulado, restando portanto o de Volta Redonda em atividade. Além disso, não há nos municípios da região políticas públicas ou estruturas governamentais dedicadas à economia solidária. No máximo o que houve até então foi a presença de uma Coordenação de Economia Solidária vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Pinheiral, durante a gestão 2013/2016, órgão extinto com a mudança de governo.

O Fórum é a instância de representação e ação política do movimento e congrega diferentes atores interessados no desenvolvimento da economia solidária. Realiza reuniões ordinárias mensais e sua dinâmica de funcionamento incorpora práticas adotadas pela economia solidária, sendo algumas atípicas a outras esferas públicas com propósitos semelhantes, como é o caso das dinâmicas de acolhimento, também conhecidas como místicas no âmbito da economia solidária. Essa prática tem como objetivo acolher os novos participantes e criar um ambiente que favoreça as relações interpessoais e o diálogo. Além de espaço de deliberação coletiva quanto às ações práticas a serem conduzidas, o Fórum promove momentos de formação aos participantes em temas convergentes à atuação do Movimento de Economia Solidária. As reuniões do Fórum são sempre encerradas com uma

rápida avaliação, momento em que os participantes destacam as questões que consideraram mais relevantes.

Representantes do FESVR participam do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP), instância de representação estadual do movimento de economia solidária, e, no contexto pandêmico recente, contribuíram com a estruturação e operacionalização de dispositivos necessário à garantia da renda emergencial estadual, direcionada aos trabalhadores da economia solidária, em parceria com o FCP e a Coordenação de Economia Solidária da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (Setrab).

O Fórum, portanto, é visto como a comunidade de prática *perene*, da qual outras iniciativas derivam, podendo resultar em novas esferas públicas cujas dinâmicas ensejem outras comunidades de prática, como, por exemplo, o CACS. O FESVR é um espaço de aprendizagem coletiva que promove a troca de saberes entre os atores participantes, além de ser um espaço de deliberação política do movimento de economia solidária. A gestão social, mesmo não estando presente de forma explícita ou sendo trabalhada como tema de formação, sustenta a dinâmica coletiva do Fórum, que tem por princípios o diálogo, a decisão democrática e a abertura à participação periférica.

O Fórum de Economia Solidária, como comunidade *perene*, foi indutora das esferas públicas onde se deram a organização do Festival e o desenvolvimento da proposta de política pública de economia solidária, sendo estas comunidades de prática temporárias, mesmo considerando a possibilidade de realização de novas edições do Festival.

Mas, também o espaço público articulado pelo processo de contratação das cooperativas de catadores pela Prefeitura, poderia ter operado como uma comunidade de prática temporária, a qual suscitou a constituição de um espaço público com atributos necessários à gestão social e que poderia atuar como uma comunidade *perene*, que é o Comitê de Acompanhamento do Sistema de Coleta Seletiva de Volta Redonda. No entanto, apesar do CACS ter sido o *locus* da construção participativa do projeto de lei que institui o sistema municipal de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores, ele não reúne as condições de uma comunidade de prática.

A apresentação a seguir dos espaços públicos enfatiza as dinâmicas utilizadas na construção coletiva das ações e os elementos que indicam a adoção de princípios da gestão social. Posteriormente, analisam-se as diferenças na dinâmica da gestão social e, portanto, na condução democrática e participativa desses processos coletivos, em dois conjuntos das iniciativas apresentadas, sugerindo como causa principal para essas distinções a presença ou não de propósitos mais alinhados à perspectiva das comunidades de prática.

3.1. A ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VOLTA REDONDA

O primeiro ponto a ser destacado na comunidade de prática que se constituiu com a finalidade de construir coletivamente e de forma participativa o Festival de Economia Solidária foi a decisão pela condução compartilhada do processo entre FESVR e gestão pública. Outro aspecto relevante, em busca de uma maior horizontalidade e efetividade na participação, foi a decisão inicial quanto à necessidade de se empreender um esforço de sensibilização e mobilização tanto dos gestores públicos como dos EES.

Em relação aos EES, a estratégia de aproximação e envolvimento adotada foi a da realização de um mapeamento. Constituiu-se, portanto, uma equipe e elaborou-se um roteiro para as entrevistas. Como resultado, foram mapeados quinze empreendimentos de artesanato, cinco de alimentação, três cooperativas de catadores de resíduos sólidos e dezoito grupos culturais, o que soma um total de 41 empreendimentos com características diversas, alguns mais alinhados outros mais distantes dos princípios da economia solidária. O mapeamento revelou que na maioria dos grupos identificados havia uma produção individualizada, mas que a comercialização ocorria de forma coletiva, sendo esta prática a que os aproximava do princípio da autogestão, pilar central da economia solidária. Além disso, o levantamento indicou uma presença majoritária de mulheres nos grupos cadastrados.

Os desafios suscitados pelo mapeamento apontaram para a necessidade de: i) implantação de uma política pública municipal que responda adequadamente a cada um desses segmentos de produtoras e produtores organizados na perspectiva da economia solidária; ii) articulação em rede desses produtores e produtoras para a comercialização de seus produtos; iii) promoção de mecanismos de compra coletiva de insumos, favorecendo a prática do preço justo sem risco de perda para o produtor; iv) abertura de espaços públicos de comercialização com condições de trabalho dignas para os produtores e produtoras; e v) mobilização dos grupos mapeados para que se somem à construção do movimento de economia solidária, articulado via FESVR.

O mapeamento resultou na presença efetiva de empreendimentos, sobretudo dos segmentos de artesanato e alimentação, nas reuniões de organização do Festival, nas quais seus representantes puderam participar das decisões sobre o espaço de comercialização e outros aspectos do evento. A participação nas reuniões e no Festival propiciou aos empreendimentos que não conheciam com propriedade a economia solidária, apesar de alinhados aos seus princípios, uma formação mínima na área. Além do mais, a vivência das

práticas de gestão inclusiva, democrática e dialógica, no mínimo, promoveram reflexões sobre o exercício da autogestão no âmbito dos próprios empreendimentos.

Quanto ao envolvimento dos gestores públicos do município na construção coletiva do Festival, decidiu-se por um trabalho de sensibilização junto aos mesmos, que foi conduzido por uma comissão de quatro membros do movimento de economia solidária, que dialogaram com os gestores e demais técnicos das secretarias envolvidas na realização do Festival. As pastas foram definidas em uma reunião de organização do Festival, na qual também foi discutido o decreto de nomeação do comitê responsável pela realização do evento e, também, pela elaboração da proposta de política pública de economia solidária.

A comissão de sensibilização foi constituída por dois representantes de EES, uma gestora pública e um membro de entidade de apoio. Nos diálogos com cada gestora ou gestor público foi discutida a convergência entre a temática da pasta e a economia solidária. Houve também a entrega de material informativo, como cartilhas e os planos nacional e estadual de economia solidária. Aproveitou-se, ainda, para explicar como seria o trabalho dos dois representantes da secretaria, indicados pelo decreto, durante a organização em si do Festival.

Os gestores e técnicos envolvidos cuidaram dos processos licitatórios dos itens alinhados às suas pastas, a partir das decisões sobre os mesmos tomadas de forma democrática nas reuniões de organização Festival. Os gestores e técnicos também: i) participaram dos processos de formação que ocorreram ao longo do processo; ii) mobilizaram todos os setores obrigatoriamente envolvidos em eventos dessa magnitude; iii) providenciaram itens de infraestrutura para os quais não se teve tempo hábil para licitação; iv) estiveram presentes e atuantes nos três dias de Festival e v) participaram do encontro de avaliação do evento reservado aos gestores, sendo a reunião com este segmento a com o maior número de presentes.

Constatou-se que a maioria dos secretários das pastas envolvidas no Festival já tinha ouvido falar de economia solidária, mas nunca tinha trabalhado neste campo e desconhecia alguns temas como, por exemplo, o das finanças solidárias, assim como não tinha uma compreensão clara das variadas manifestações da economia solidária e das possibilidades de atuação prática no âmbito das políticas públicas locais. É um campo novo para o município, como política pública, e o Festival foi considerado pelos gestores uma inovação com um enorme potencial de geração de novos projetos.

Destaca-se também a ação de sensibilização junto ao poder legislativo municipal, refletida na realização da audiência pública na Câmara de Vereadores de Volta Redonda em 16 de agosto de 2017, tendo por finalidade a discussão de políticas públicas em economia

solidária. Esta audiência foi organizada pela Frente Parlamentar de Economia Solidária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em parceria com o FESVR.

As reuniões de organização do Festival eram quinzenais no início do processo e passaram a ser semanais nos dois meses que antecederam a realização do evento. A dinâmica das reuniões espelhou a do FESVR. Na medida do possível foram incorporados: a mística de acolhimento, o momento de formação, o espaço de discussão e deliberação coletivas e a breve avaliação de encerramento.

A aprendizagem coletiva permeou todo o processo na comunidade de prática constituída para a organização do Festival, tendo sido facilitada pela proposta metodológica de condução das reuniões, que, para além dos espaços dedicados à formação, possibilitou a vivência da gestão social, nos seus aspectos de participação inclusiva, abertura ao diálogo e decisões democráticas. Para tal, contribuíram não só a dinâmica específica da discussão e tomada de decisão coletivas, mas também a mística de acolhimento, como facilitadora da intersubjetividade.

Os três dias de Festival compreenderam atividades de formação, que ocorreram no Instituto de Educação Manuel Marinho, reunindo mesas redondas, rodas de conversa e oficinas sobre temas como: política pública de economia solidária, perfil dos empreendimentos econômicos solidários, finanças solidárias, circuitos curtos agroalimentares, redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e saúde mental na economia solidária. No segundo e terceiro dias foram realizadas rodas de conversa sobre política pública de economia solidária como espaços para contribuição dos participantes na construção da proposta para Volta Redonda.

O Festival também reuniu um conjunto expressivo de grupos culturais da região com as mais variadas manifestações, como jongo, maracatu, dança cigana, dança circular, capoeira, teatro, poesia e diversos gêneros musicais. Muitos grupos aceitaram a proposta de realizar, além da apresentação no palco, um cortejo pelas ruas próximas da Praça Brasil como forma de envolver os munícipes na atmosfera do Festival e da Economia Solidária, convidando-os a participar do evento.

O terceiro eixo de ação do Festival reuniu 18 empreendimentos na área de comercialização, entre artesanato, alimentos processados e orgânicos da agricultura familiar. O desenho da área de comercialização e a definição dos espaços para cada empreendimento foram decididos coletivamente. Apesar de alguns conflitos pontuais, o grupo conseguiu chegar a um consenso sem prejuízos à realização do evento. Para que os participantes

pudessem conhecer minimamente as práticas das finanças solidárias, o Festival adotou uma moeda social, o Arigó, que serviu para intermediar as vendas durante o evento.

Esse relato refere-se à primeira edição do Festival (2017), mas a mesma dinâmica foi adotada nas duas edições seguintes (2018 e 2019). Vale dizer que essa comunidade de prática associada à organização do Festival foi responsável por trazer para o FESVR novos representantes de EES e novos gestores públicos.

3.2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dentro da lógica da administração pública, o Estado possui a função de formular políticas públicas que atendam as demandas sociais e, com isso, induza um desenvolvimento que vise à promoção das capacidades humanas e não se limite ao âmbito econômico. Para que essa transformação se concretize é fundamental que o Estado, como formulador de políticas e principal financiador do desenvolvimento, insira em sua agenda um novo projeto de sociedade como o da economia solidária.

A realização do I Festival de Economia Solidária possibilitou a elaboração de uma minuta do projeto de lei da política municipal de economia solidária, cuja metodologia adotada legitimou o diálogo, o processo de discussão e a intersubjetividade na sua operacionalização. Tais preceitos configuram a gestão social enquanto forma de gestão democrática e participativa que legitima a sociedade civil como protagonista do processo decisório (TENÓRIO, 2008).

O processo de construção da política pública de economia solidária teve início no Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda. As reuniões mensais que antecederam ao Festival de Economia Solidária possibilitaram que tanto demandas do público da economia solidária fossem captadas quanto propostas de geração de trabalho e renda fossem construídas no âmbito deste espaço público de discussão.

Outro fator prévio ao Festival consistiu na participação dos discentes do curso de bacharelado em administração pública – modalidade presencial – inscritos no segundo semestre de 2017 na disciplina Tecnologia Social na realização de pesquisa documental no tema da economia solidária, que abrangeu: o Plano Estadual da Economia Solidária do Rio de Janeiro; o Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, os empreendimentos econômicos solidários e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária; os documentos gerados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária; o Plano Plurianual

Participativo de Volta Redonda (2018-2021) – junto ao qual o FESVR apresentou e teve aprovadas várias propostas –; bem como demais projetos e políticas públicas municipais no campo da economia solidária.

Com base na discussão de tais materiais, foi construído um documento com propostas de ações no campo da economia solidária, distribuídas em oito eixos: 1. Institucional: que propôs a criação de marcos e instrumentos legais, além de arranjos institucionais, como a conferência municipal de economia solidária, o conselho municipal de economia solidária, o plano municipal de economia solidária e a política pública municipal de economia solidária, com a criação de um fundo municipal exclusivo para a área; 2. Formação e Comunicação: na promoção de cursos de extensão, oficinas, fóruns, que promovam a conscientização, a mobilização e a qualificação no campo da economia solidária, sobretudo na autogestão; 3. Educação e Cultura: que propôs ações interdisciplinares e integradoras entre a economia solidária, educação básica e projetos de cultura local; 4. Esporte e Lazer: com eventos esportivos já presentes no calendário anual de Volta Redonda, discutiu-se a integração dos empreendimentos econômicos solidários do município e dos catadores de materiais recicláveis como fornecedores de produtos e serviços durante a realização dos eventos; 5. Comercialização: considerado um dos eixos estratégicos para a geração de renda torna-se imprescindível que haja a implantação de espaços itinerantes e circuitos de comercialização em locais de grande circulação, a criação de um selo municipal para os produtos oriundos da economia solidária e ações de fomento ao comércio justo e solidário; 6. Resíduos Sólidos e Sustentabilidade: constitui um eixo de atuação que buscou privilegiar o público dos catadores de materiais recicláveis com ações já presentes no PPA participativo de Volta Redonda, como: criação de projetos e programas direcionados ao catador em áreas, como: saúde, educação, formação técnica e qualificação profissional; criação de um comitê de acompanhamento do plano municipal de resíduos sólidos para o exercício do controle social e da efetiva geração de trabalho e renda aos catadores; investimento na logística para a coleta seletiva baseada na implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais, dentre outros; 7. Finanças Solidárias: estabelecida, principalmente, na criação de um banco comunitário em Volta Redonda e no estímulo à utilização da moeda social; 8. Inclusão Produtiva: considerado um eixo transversal aos demais anteriormente citados; destaca-se pela proposta de criação de um Centro de Referência em Economia Solidária no município que promova a formação continuada; a orientação técnica aos empreendimentos econômicos e solidários; além de constituir-se como um espaço permanente de comercialização.

As propostas acima foram discutidas durante o I Festival de Economia Solidária de Volta Redonda em duas rodas de conversa realizadas nos dias 10 e 11 de novembro de 2017 direcionadas ao debate da política pública municipal de economia solidária. As rodas de conversa contaram com a participação de docentes e discentes da UFF, de representantes do poder público municipal e estadual e, principalmente, de membros de empreendimentos econômicos solidários de diversos segmentos de Volta Redonda e de municípios da região do Médio Paraíba.

Além dos eixos acima mencionados, o processo de discussão durante as rodas de conversa possibilitou o acréscimo de mais algumas linhas de atuação no campo da economia solidária: saúde e segurança alimentar e nutricional, com foco no público da agricultura familiar; direitos da mulher, com ênfase no empoderamento econômico, ações de formação e comercialização e programas e projetos de apoio socioeconômico; direitos humanos, com olhar para as necessidades de públicos específicos, como usuários da rede de atenção psicossocial, egressos do sistema penitenciário e público LGBTQIA+.

Após a realização do Festival, um grupo de trabalho com membros da Universidade, da Secretaria Municipal de Planejamento e Modernização da Gestão e de lideranças do movimento da economia solidária foi formado com o propósito de sistematização das propostas e finalização do texto da minuta do projeto de lei da política pública municipal em economia solidária de Volta Redonda, o qual foi discutido em mais de uma reunião do FESVR.

No texto final, as diretrizes, princípios e objetivos preconizados pela política municipal de economia solidária de Volta Redonda integram-se às estratégias gerais de inclusão social e produtiva de públicos prioritários; de geração de trabalho e renda a partir da promoção de atividades econômicas coletivas e autogestionárias; de incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços; e de desenvolvimento territorial sustentável compreendido em sua multidimensionalidade (VOLTA REDONDA, 2018, Parágrafo Único).

Destaca-se que a política pública de economia solidária elaborada tem na participação da sociedade civil organizada, especialmente, do movimento de economia solidária, seu principal instrumento de gestão pública municipal. Para tanto, foi proposta a criação do conselho municipal e da conferência municipal de economia solidária. O primeiro definido como órgão colegiado e deliberativo, paritário em sua composição, com representação do Estado e da Sociedade, sendo responsável por definir as ações da economia solidária no

município, além de atuar na implementação, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política pública de economia solidária. O segundo compreendido como um fórum de debate para a construção da política, sendo reconhecido como um espaço público de reivindicação, de mobilização e de construção das ações que integrarão o Plano Municipal de Economia Solidária.

Ainda no âmbito da gestão pública municipal, reconhece-se como estratégico para a permanência da política pública de economia solidária, a criação de uma secretaria ou coordenadoria municipal dedicada ao estabelecimento de uma estrutura administrativa responsável pela execução da política pública de economia solidária no município (VOLTA REDONDA, 2018, Art. 15º).

Como parte da estruturação da política pública municipal de economia solidária foi proposto um centro público de economia solidária que pudesse reunir ações educativas, de assistência técnica e de assessoria aos empreendimentos econômicos solidários, além de constituir-se como um espaço de comercialização.

O financiamento da política seria oriundo da criação de um fundo municipal de economia solidária vinculado à secretaria ou coordenadoria municipal de economia solidária com dotação orçamentária, estrutura de organização e de funcionamento definidas em legislação específica (VOLTA REDONDA, 2018, Art. 29º). A administração do fundo municipal seria competência de um comitê gestor (VOLTA REDONDA, 2018, art. 29º § 2º) e sua supervisão realizada pelo conselho municipal de economia solidária (VOLTA REDONDA, 2018, art. 31º).

De forma geral, pode-se dizer que o processo de construção da política pública municipal de economia solidária de Volta Redonda foi resultado da participação de diversos segmentos seja do poder público seja da sociedade civil no âmbito de espaços públicos que permitiram a construção da política e de sujeitos políticos. Soma-se a isso, o diálogo e a troca de saberes como elementos presentes na interação entre os participantes cujo objetivo estava na formação do campo da economia solidária, tanto na dimensão societal quando na esfera estatal.

3.3. A CONTRATAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES PELA PREFEITURA

Tendo assinado a carta compromisso da economia solidária, que apresentava a demanda dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, o prefeito eleito, mesmo antes de

sua posse em 01/01/2017, em razão de uma recomendação conjunta das Defensorias Públicas Estadual (DPE) e da União (DPU), solicitou ao prefeito em exercício a suspensão do edital de concorrência pública para prestação de serviço de coleta seletiva de materiais recicláveis, que havia sido aberto em 17/10/2016, pouco antes do segundo turno das eleições, para a contratação de uma nova empresa privada que ficaria responsável pela coleta seletiva, na medida em que assumiu o compromisso em discutir com as cooperativas de catadores a possibilidade de contratação das mesmas para este fim. Demonstrando, de fato, o compromisso assumido junto aos catadores, a primeira conversa com o recém empossado prefeito ocorreu no dia 09/01/2017.

Todavia, o processo de definição dos termos do contrato e das alternativas de negociação começaram ainda em dezembro de 2016, em reuniões organizadas pela InTECSOL/UFF com representantes das cooperativas de catadores e das defensorias públicas estadual e da união. Esse processo, que pode ser visto como uma comunidade de prática, na medida em que possibilitou um espaço democrático de discussão e de formação sobre temas relacionados à gestão da coleta seletiva pelas cooperativas de catadores. Em paralelo às reuniões de negociação com a prefeitura, os encontros envolvendo os catadores, a InTECSOL e as defensorias prosseguiram em paralelo.

Como forma de estabelecimento de parâmetros contratuais foram levantados e analisados vários contratos vigentes entre cooperativas de catadores e prefeituras pelo Brasil, além de realizado um estudo de viabilidade econômica para levantamento de custos operacionais e métricas de remuneração do trabalho de coleta, triagem e destinação final dos resíduos sólidos baseadas em produtividade.

Como as cooperativas não possuíam veículos próprios para a realização da coleta seletiva e os custos com aluguel de caminhões com motoristas e combustível são elevados, decidiu-se por apresentar tais despesas em separado, na negociação dos termos do contrato, as quais deveriam ser garantidas pela prefeitura independentemente da remuneração pela prestação do serviço de coleta seletiva, baseada em produtividade. No entanto, os gestores públicos não foram sensíveis a essa questão, minimizando o fato de estarem negociando com organizações coletivas de trabalhadores, descapitalizadas e vulneráveis, que, diferentemente das sociedades empresárias, necessitam de um tratamento particularizado e de incentivos concretos que garantam sua estruturação e consolidação, como a própria Lei 12.305 preceitua. Ou seja, a dimensão da inclusão socioproductiva dos catadores e catadoras, contemplada pela política nacional de resíduos sólidos, sempre teve um papel subsidiário nas discussões envolvendo a participação desses trabalhadores do programa municipal de coleta seletiva.

O resultado das negociações quanto ao pagamento dos aluguéis dos caminhões para a coleta seletiva traduziu-se no compromisso da prefeitura em arcar com tal despesa somente pelos três meses iniciais do contrato, assinado em outubro de 2017, após longo processo de análise jurídica e de construção de um edital de chamamento público, apesar da garantia legal da dispensa de licitação. Esse período de três meses não foi suficiente para que as cooperativas se capitalizassem minimamente, sobretudo em razão da morosidade no pagamento pela prefeitura das notas fiscais de serviço emitidas pelas cooperativas. Somou-se a isso o estado precário dos caminhões contratados pela prefeitura, a falta de ingerência das cooperativas sobre o trabalho dos motoristas e o novo processo de trabalho assumido pelas cooperativas envolvendo a coleta porta-a-porta, o que implicou em uma produtividade inicial baixa, ocasionando, por consequência, uma remuneração pela prestação de serviço também baixa.

Assim como não houve sensibilidade dos gestores em relação a essa questão específica dos veículos, também se revelou como um compromisso débil e não prioritário as promessas de melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho nos galpões ocupados pelas cooperativas contratadas. O compromisso de investimento em melhorias nos galpões de triagem transformou-se posteriormente na promessa de construção de um Centro de Tratamento de Resíduos no espaço hoje ocupado por duas cooperativas, o qual seria operado de modo compartilhado pelas três cooperativas do município. Esse projeto ainda não saiu do papel e não conta com dotação orçamentária específica.

Essas dificuldades estruturais e burocráticas não permitem que as cooperativas atendam a meta mensal contratual em volume de materiais coletados e triados (estabelecida em 100 toneladas mensais por cooperativa), chegando a produtividade mensal, em condições ótimas, a 50% da meta. Nesse contexto, contrariamente ao que seria esperado de um processo revestido das condições para o desenvolvimento de uma gestão social, a indiferença dos gestores públicos em relação ao caráter social e diferenciado da política pública de resíduos sólidos com inclusão de catadores em situação de vulnerabilidade traduz-se em cobranças de metas e cumprimentos de rotas de coleta e uma falta de compromisso para com o pagamento em dia do serviço prestado e os investimentos necessários em infraestrutura e melhores condições de trabalho.

O processo de negociação e construção do contrato de prestação de serviço de coleta seletiva foi conduzido pela prefeitura a partir de um diálogo com as cooperativas de catadores, acompanhado pela DPU, DPE e InTECSOL/UFF, o que já representou uma mudança de atitude por parte dos gestores, mais alinhada aos preceitos da gestão social se

comparado com a relação monológica da gestão anterior. Mas, tanto as defensorias quanto a incubadora entendiam ser necessária a instituição de uma instância de controle social da política pública de resíduos sólidos em razão da natureza *sui generis* do contrato, cujo acompanhamento não pode limitar-se a cobranças pelo cumprimento de metas, na medida em que o atingimento das metas é diretamente afetado pelo descumprimento das responsabilidades da própria gestão pública municipal na estruturação da política, que passa, certamente, pelo fortalecimento das próprias cooperativas.

3.4. O COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE COLETA SELETIVA

A cobrança pela instituição do espaço de controle social da política municipal de resíduos sólidos resultou na criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento do Sistema de Coleta Seletiva (CACCS), a partir do Decreto 14.993, de 13 de março de 2018. Além da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), gestora do contrato de prestação de serviço de coleta seletiva, outras cinco secretarias municipais têm acento nato no CACCS, além das cooperativas, da DPU, da DPE e do Ministério Público do Trabalho (MPT), havendo ainda três cadeiras eletivas: uma para um representante das universidades locais e duas para representantes de entidades ambientais.

Mesmo com a formalização do CACCS, as reuniões do comitê, por muito tempo, contaram apenas com a presença de representantes da SMMA, da DPU, da DPE, da InTECSOL e das cooperativas, sendo que, em função dos desgastes políticos advindos das cobranças, por um lado, da SMMA às cooperativas e, por outro, da DPU/DPE à SMMA, sobretudo em razão do atraso no pagamento das notas fiscais das cooperativas relativas à prestação do serviço, do tratamento dado a elas e da ausência de investimentos em infraestrutura, a própria Secretaria de Meio Ambiente recorrentemente procrastinou em relação à marcação das reuniões do CACCS, à convocação dos representantes das demais secretarias e aos encaminhamentos definidos pelo comitê.

Nesse sentido, mesmo sendo um espaço público com a configuração favorável à gestão social e a uma atuação como comunidade de prática perene, não foi isso que se observou ao longo do processo. Pelo contrário, o comitê sempre foi um locus onde embate esteve presente e onde nem sempre as decisões coletivas foram respeitadas. Por exemplo, o processo de construção coletiva do projeto de lei sobre o sistema de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores sofreu intervenção direta da SMMA, que realizou alterações no texto encaminhado para análise pela Procuradoria Geral do Município (PGM), sem a devida

aprovação pelo CACS. Mesmo desconhecendo a priori este fato, as defensorias, juntamente com a InTECSOL, haviam entregado um ofício conjunto à PGM, com a versão do projeto de lei aprovada pelo Comitê, cobrando uma maior diligência na apreciação pelo órgão. Em virtude disso, a própria Procuradoria sugeriu uma nova apreciação e aprovação do projeto de lei pelo CACS.

Apesar de todas as dificuldades, no entanto, foi possível construir e aprovar de modo participativo o projeto de lei que cria o sistema de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores, o qual estabelece dispositivos que tratam: i) do fomento à organização coletiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis; ii) da contratação direta das cooperativas de catadores na prestação do serviço de coleta seletiva; iii) da inclusão social das catadoras e catadores por meio da articulação de outras políticas públicas; iv) da responsabilidade compartilhada dos grandes geradores junto ao sistema de coleta seletiva; v) da instituição do CACS como instância de controle social dos sistema de coleta seletiva; e vi) das fontes de financiamento do sistema.

O CACS deveria ser esse espaço democrático de discussão da política pública de resíduos sólidos com inclusão de catadoras e catadores em situação de vulnerabilidade, como um mecanismo de gestão social. No entanto, para que isso aconteça de fato, em primeiro lugar os gestores públicos diretamente envolvidos devem ser sensíveis ao caráter socioambiental dessa política, e depois devem estar comprometidos em viabilizar as condições para que a coleta seletiva possa ser realizada de modo adequado pelas cooperativas de catadores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato procurou, a partir da descrição dos processos de construção do Festival de Economia Solidária de Volta Redonda, da elaboração da proposta de política pública municipal de economia solidária, da contratação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis pela Prefeitura e da proposição da lei municipal do sistema de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores, apresentá-los como espaços públicos com potencial para o exercício da gestão social e para uma vivência como comunidades de prática.

No entanto, apesar de todos os espaços públicos aqui apresentados reunirem condições para o exercício da gestão social, ao colocar em diálogo diferentes atores sociais numa dinâmica deliberativa mais democrática e com abertura para a negociação e a construção de consensos, apenas nos dois primeiros – organização do festival e concepção da política pública de economia solidária – a gestão social foi, de fato, exercitada, a ponto de poderem

ser vistos como comunidades de prática, mesmo que temporárias, já que reuniram atores “...engajados mutuamente em atividades compartilhadas, orientadas por um senso de propósito comum, de empreendimento coletivo” (apud KIMBLE e HILDRETH, 2004). Nessas duas comunidades de prática a gestão dos processos deu-se de forma compartilhada e mais horizontal, além de terem incorporado dinâmicas que promovem as relações interpessoais e democratizam conhecimentos e informações.

Quanto às duas outras esferas públicas – contratação das cooperativas de catadores e construção da lei que institui o sistema de coleta seletiva com participação das catadoras e catadores –, elas também reuniam as condições para uma gestão social, conforme já dito, mas, por haver divergência de perspectivas e de propósitos e não havendo espaço para dinâmicas mais participativas, o exercício da gestão social ficou bastante limitado. Consequentemente, tais esferas públicas não se configuraram como comunidades de prática, o que não impede que o CACS, como um espaço perene, não venha a transformar-se em uma comunidade de prática. No entanto, para isso há que se ter os agentes públicos engajados no desenvolvimento do sistema de coleta seletiva e no fomento às cooperativas de catadores, numa relação não pautada exclusivamente por uma perspectiva de viabilidade econômica.

REFERÊNCIAS

- CANÇADO, A.C.; PEREIRA, J.P.; TENÓRIO, F.G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013.
- FRANÇA FILHO, G. C. *Definido gestão social*. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.;
- CANÇADO, A. C. (org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- FUNG, A; WRIGHT, E. O. **Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance**. London: Verso, 2003.
- GAVENTA, J. **Towards participatory local governance: six propositions for discussion**. Sussex: Ford Foudation, 2001.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 2003.
- SCHOMMER, P.C.; FRANÇA FILHO, G. C. *Gestão Social e Aprendizagem em Comunidades de Prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação*. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SOUZA-SILVA, J.C.de; DAVEL, E. **Da ação à colaboração reflexiva em comunidades de prática**. Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local: desenvolvimento e gestão social de territórios. Salvador, 11 a 13 de dezembro de 2006.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: uma perspectiva conceitual**. Revista de Administração Pública, 1998: 32(5), 7-23.

_____. **(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social**. Desenvolvimento em Questão, 2005: 3(5), 101-124.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. Ensaios de gestão social**. 3.ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijui, 2008.

VOLTA REDONDA. Minuta do Projeto de Lei da Política Municipal de Economia Solidária. Dispõe sobre os empreendimentos econômicos solidários e a Política Municipal de Economia Solidária de Volta Redonda e dá outras providências. Janeiro de 2018. Texto original.

WENGER, E. **Communities of practice and social learning systems**. Organization, 2000: 7(2), 225-46.

RESENHA

PÉREZ MUÑOZ, C.; HERNÁNDEZ ARTEGA, I. *Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación*'

Carolina Ramos Ottaviano¹

A obra em questão traz à tona o tema Economia Solidária, que surgiu no Brasil, inicialmente para combater a miséria e o desemprego gerados pela crise do petróleo na década de 1970. E se transformou em um modelo de desenvolvimento promovedor não só da inclusão social, mas também de uma forma alternativa contrária ao individualismo competitivo da sociedade capitalista, como relata o professor e economista Paul Singer, disseminador do movimento, em entrevista ao blog *Carta Capital*.

Com o mesmo propósito, foi criado o registro intitulado 'Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación', da coleção de livros criados por Isabel Hernández Arteaga, pesquisadora e docente especialista em sistema educacional, administração e gestão, juntamente com Colombia Pérez Muñoz, diretora do Instituto de Economía Social e Cooperativismo (INDESCO) na Universidade Cooperativa da Colômbia, publicado em 2020, na versão (consultada) com 328 páginas.

Correspondem a essa publicação nove capítulos que explicam o desenvolvimento de propostas educacionais sobre economia social e solidária. Que podem ser considerados como elementos básicos e marcantes na formação de profissionais da educação superior para sua valorização.

A primeira parte, categorizada como: 'Modelos e abordagens pedagógicas', denominada de 'La Unidad de Estudios Solidarios (UNES): uma experiência inovadora na produção de conhecimento para desenvolver conteúdo de ensino e extensão e em gestão de

¹ Graduanda em Administração Pública (UNESP - Araraquara) e Graduanda em Produção Industrial (Faculdade de Tecnologia - Taquaritinga). e-mail c.ottaviano@unesp.br

pesquisa’, conscientiza a comunidade acadêmica sobre fundamentos teóricos, epistemológicos e operacionais com o intuito de sustentar a experiência do UNES, que foi concebida para motivar o pensamento crítico, sob a concepção de conteúdos e metodologias novas para promover reflexões analíticas.

Nos Capítulos 2, 3 e 4, dentro da sessão de ‘Estratégias Metodológicas de Ensino e aprendizagem’ com o tema: ‘Atividades de treinamento de nível superior em economia solidária: a experiência de uma universidade pública federal no Brasil’ (Capítulo 2), explica os processos de formação a partir de uma perspectiva multidisciplinar e abrangente; ‘Educação universitária e dinâmica econômica popular. Uma abordagem em construção permanente de uma experiência antropológica das práticas abrangentes’ (capítulo 3), que a Universidade de Buenos Aires se refere aos desenvolvimentos curriculares em experiência com a economia social e popular que desafiam os caminhos do processo tradicional de ensino-aprendizagem.

Além disso no gênero: ‘Educação Matemática no contexto da Economia Solidária: um olhar para as contribuições na Educação Superior’ (capítulo 4), onde por meio de análise documental, discute-se o apoio ao projeto político e pedagógico do curso de bacharelado em Matemática, estabelecendo relações entre o conhecimento acadêmico e a realidade de seus integrantes, sob as diretrizes do relacionamento universidade-sociedade. Na sequência, os capítulos 5 e 6 discorrem sobre ‘Desenvolvimentos curriculares’. ‘Um contributo inovador para o Ensino da Economia Social em Portugal: o caso de mestrado em Gestão e Regime jurídico-empresarial da Economia Social’ (Capítulo 5) é uma colaboração acadêmica de Portugal que dá relevância à formação ao curso de pós-graduação multidisciplinar em Economia Social. Segundo recomendações de especialistas, requisitos legais e fundamentos doutrinários refletem o reconhecimento político e o aumento de seu papel social e econômico correspondem à demanda do mercado de trabalho.

O ‘Cooperativismo na Colômbia: perspectiva investigativa das universidades’ (Capítulo 6), mostra a produção científica de universidades colombianas sobre cooperativismo, no anos entre 2005 e 2015, encontrando um número significativo de resultados de pesquisas que fortaleceram as organizações de economia solidária do país.

O Capítulo 7, na área da ‘Interação e integração social’, sob o título ‘As Contribuições do Dispositivo Grupal de Experiência Estética para a Economia Solidária’, explora o uso da

intervenção em grupo da experiência estética em uma Associação de Usuários de Centros de Atenção Psicossocial. Que cumpre com os princípios da economia solidária e da agenda política de inclusão, se opondo à hierarquia e ao empobrecimento das relações sociais e produtivas. Esta metodologia suporta individualização singular, longe da lógica funcionalista e da adaptação passiva do capital contemporâneo.

Na 8ª parte, sobre o tema ‘Ambientes Virtuais de Aprendizagem’, com o título, ‘Fomento de políticas empreendedoras através de ambientes virtuais no ensino superior’. Analisando a aplicação e o alcance do *mobile learning* na expansão da ideologia da economia social, cujos resultados são verificados nos participantes o no desenvolvimento no perfil empreendedor, ao mesmo tempo que a existência de aspectos melhoram no dispositivo, como também no conteúdo.

Enfim, a última divisão (Capítulo 9), na área de ‘Empreendedorismo Solidário e Inovação Social’, sob o título ‘A experiência do LabEcoSol (2016-2018): Extensão Universitária e Inovação Social em Movimento’. É composto por diálogos sobre a relação entre inovação social e economia solidária, a partir da experiência da cidade de Balneário Camboriú (Santa Catarina-Brasil) e dos desafios da trajetória do LabEcosol. Do ponto de vista teórico da inovação social, são analisados processos, dinâmicas, consequências e efeitos do desenvolvimento desta prática no âmbito municipal.

Após resumo da composição geral da obra, encaminho discussões pertinentes que o livro abre para debates possíveis. A crise social que atravessou a civilização ocidental tem exigido a definição de estratégias por parte das instituições de ensino, governos e organizações da sociedade civil, incluindo as de economia social e solidária, que contribuem não só com elas, mas também focam dar conta daquela educação relevante que ativa cidadania e cria novos horizontes para os jovens universitários. Afim de formar condições que favoreçam a melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, algumas universidades incluíram a Economia Social e Solidária em sua formação profissional e voltada a uma perspectiva de ser humano mais globalizado, o que deu origem, em alguns casos, a ecossistemas em que as funções divulgadoras de pesquisa, ensino e extensão. Com isso, gera-se um impacto tanto na cultura institucional, nas organizações e no território onde se desenvolvem.

Além disso, surgiram movimentos como a Campanha por um Currículo Global pela

Economia Social e Solidária, que convoca pesquisadores, professores e profissionais em todo o mundo para articular planos de estudo, propostas, didáticas, conhecimentos e epistemologias em ambientes formais, não formais e informais.

Dessa forma, a ação conseguiu dar visibilidade às experiências programas educacionais e promover *networking*, e com a ajuda de informação e comunicação, a proposta está sendo alcançada em todos os continentes. Por sua vez, redes acadêmicas como: ‘Red Universitaria Euro-Latinoamericana en Economía Socialy Cooperativa’ (RULESCOOP), ‘Corporación Red Unicossol’ (UNICOSSOL) e a geradas pela International Cooperative Alliance (ACI) incluíram a questão em seus eventos mais recentes, conseguindo colocar a educação solidária nas questões de prioridades das agendas de desenvolvimento, para as quais se espera maior dinamismo, sinergia e impactos em redes, organizações e territórios.

Assim, a pesquisa oferecida à comunidade educacional com o objetivo de inspirar, complementar ou substanciar a base do projeto sobre o tema em estudo; mapeando experiências significativas e boas práticas no mundo; com estudos de maneiras mais aprofundadas e detalhadas que identificam outras variáveis e dimensões de presença do tema na vida institucional como a contribuição para a melhoria da qualidade educacional; estudos comprovados e identificação de novos campos, áreas e linhas de pesquisa; adequa-se totalmente para avançar em direção à educação com foco no bem-estar e na qualidade de vida do homem.

Por conseguinte, proveniente desse conhecimento, os cidadãos que construíram alternativas de transformação em que a solidariedade é, ao mesmo tempo, um valor social, um sentimento moral e uma postura ética e política que contribui para uma boa vida, desenvolvimento e paz. Segundo Pastore (2015, p. 20-31 apud MUÑOZ, ARTEAGA, 2020, p.15), evidências de como, nos últimos anos, tem havido uma maior produção de conhecimento e um maior potencial de conexão entre as várias iniciativas desenvolvidas por instituições de ensino superior na América Latina. Isso pode ser verificado no aumento ou fortalecimento das organizações, e na presença do tema na agenda pública dos governos locais e organizações nacionais e multilaterais.

Assim, a Economia Social e Solidária vem ganhando espaço importante nos debates acadêmicos sobre economia, social, ambiental e sua vinculação com o desenvolvimento

territorial. Igualmente como o trabalho em questão, Luiz Inácio Lula da Silva na obra de Singer (2002) reafirma corroborando a pertinência da necessidade em buscar de formas de organização social e econômica que ultrapasse as capacidades disponíveis à humanidade pelo capitalismo excedendo as desigualdades que lhe são intrínsecas. Visto que, o capitalismo se tornou influente há tanto tempo que nossa tendência é julgá-lo normal e natural.

Evidenciando a solidariedade que tem um significado aprazível, e vale como aposta radical na gerência do ser humano e em sua capacidade de ver seu semelhante como parceiro e amigo não como rival e competidor.

Em suma, a obra expõe experiências curriculares em universidades da Colômbia, Brasil, Argentina, Portugal e Espanha. Abarcando o tema proposto e afunilando as perspectivas sobre a importância da educação na Economia Social e Solidária e, em particular, no âmbito da educação superior. Comprovando a importância da disseminação de experiências que possibilitem a visibilidade de modelos estratégias pedagógicas e didáticas que contribuem para a formação integral de comunidade educativa, bem como experiências que contribuam para a construção de abordagens transdisciplinares como fontes de novos conhecimentos.

Portanto, todas as investigações que compõem os três volumes da *Economia social e solidária no ensino superior: um espaço de inovação* (de doze países na América do Sul e do Norte, Europa e África) são evidências de que, nas universidades de todo o mundo, o compromisso com alternativas de transformação social no que a solidariedade é, ao mesmo tempo, um valor social, um sentimento moral e uma postura ética e política que contribui para uma boa vida, desenvolvimento e paz (EDNIR, 2020).

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Joel dos Santos; QUENTAL, Paula. Paul Singer: **Economia solidária se aproxima das origens do socialismo**.

Carta Capital, 2018. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/Paul-Singer-Economia-solidaria-se-aproxima-da-origens-socialismo/>> Acesso em: 20 out. 2020.

Pérez Muñoz, C.; Hernández Arteaga, I. (Eds.). (2020). **Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación (tomo 3)**. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia. Disponível em: <

<https://dx.doi.org/10.16925/9789587602425>>

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.